VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Sessão Ordinária de 21 de novembro de 2025

Ata nº 2

Aos **vinte e um** dias do mês de **novembro** de **2025**, pelas **21** horas e **10** minutos, teve lugar a Sessão Ordinária de novembro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida por Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel. Constituíram ainda a Mesa, o 1º Secretário, Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, e o 2ª Secretário, em exercício, Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira.----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Capacho Vila Real, Álvaro Almeida dos Santos, Ana Clara Nobre Durana, André Filipe Dias Tavares, Ângela Eugénia Ferreira de Pinho, António Fernando dos Santos Rocha, Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira, Daniel Fernando Almeida Moreira Couto, Diogo Filipe Prada da Silva, Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, Faustino Tavares de Sousa, Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes, Inês Sofia Oliveira Alves, Jéssica Silva Soares, Joana Cristina Côrte Ferreira, Joaquim Moreira Barbosa, Liane Mazzer, Luís Miguel Pereira Alves Nogueira, Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, Marta Cristina Pereira Marques, Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva, Mónica Alexandra da Silva Almeida e Rúben David da Silva Pinto. ----------

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Alfredo José Ribeiro da Rocha, Ana Luísa de Oliveira Ferreira, Andreia Maria Ferreira Teixeira, António Arlindo Monteiro Pinto, Cláudio Alexandre Pereira Peixoto de Melo, Eduardo José Moreira de Matos, Fábio Emanuel Sá Rocha Oliveira Pinto, Fernando Constantino Augusto Ramos, Fernando Ferreira da Silva Duarte, Gustavo Leite Gama, Joaquim António Dias Tavares, José António Soares Ribeiro, Luís António Neto Castro de Oliveira, Manuel António Coutinho Ferreirinha, Manuel Joaquim de Sousa Félix, Manuel Jorge Moreira da Silva, Manuel José Dias Oliveira Gama, Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro, Pedro Miguel Barbosa Moreira, Ricardo Miguel da Costa Almeida, Sara Raquel Rodrigues Magalhães, Sérgio Francisco dos Santos Baptista e Vasco António de Castro Bezerra. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais:, Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias, substituída por Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol, Beatriz Castro Pinto, substituída por Beatriz Russo e Silva, Carla Isabel Argueles Cáceres, substituída por Adriana Emília Amaral Costa, João Paulo Rebelo da Silva, substituído por José Manuel Teixeira Cardoso, Mário João Oliveira Almeida Duarte, substituído por

Andreia Volta e Sousa Ramos. As senhoras Deputadas Ana Andreia dos Santos Ferreira Castelo, Sónia Cristina Roseira e Cunha apresentaram Renúncia ao Mandato.----------

Faltaram, justificando a ausência, sendo substituído(a) nos termos da Lei pelo seu representante legal, os(as) seguintes Presidentes de Junta: Jorge Filipe Gomes Castro, que foi substituído por Maurício Ramiro Ferreira dos Santos ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Manuel Reis Santos, e os senhores Vereadores: Elizabete Cristina Cardoso da Silva, Firmino Jorge Anjos Pereira, António Fernando da Silva Rodrigues Machado, João Paulo Moreira Correia, Maria Jose Guerra Gamboa Campos, Joaquim César Ramos Rodrigues, Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo, Delmino Albano Magalhães Pereira e António Fernando de Sousa Barbosa. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse que antes de iniciar oficialmente a reunião, hoje teve uma reunião do grupo de representantes, e seguindo ainda o regimento que vincula do grupo de representantes, foi feita uma distribuição dos lugares, que vale para o dia de hoje e se correr bem valerá para os restantes. Todos os grupos terão pelo menos o Líder à frente e em que os deputados individuais também estarão na linha da frente, tendo detalhado esses mesmos lugares. Antes mesmo de dar início a qualquer um dos pontos que estão previstos, irão tomar posse dois membros. Pelo que solicitou à senhora doutora que pudesse ler o auto para depois o pudermos assinar ----------

A senhora Diretora Municipal da Administração Geral e Arquivo, Dr.ª Hermenegilda Cunha e Silva procedeu-se à Tomada de Posse, dos seguintes Membros Daniel Fernando Almeida Moreira e Couto e Hugo José Silveira da Silva Pereira. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, cumprimentou todos os eleitos e, em particular, o Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia, Dr. Luís Filipe Menezes, e desejar a todos que tenham um mandato cheio de sucesso e cheio de ação positiva em prol de todos os gaienses. Ocorreu, hoje, como disse, uma reunião preparatória onde referi a intenção de no dia da Tomada de Posse, 4 de novembro, não tendo sido possível, atendendo a que havia muitas assembleias de freguesia que iriam fazer as suas respetivas instalações nessa noite, as intervenções políticas pós-eleitorais vão ter lugar hoje, no PAOD. Não havendo ainda uma grelha de tempos, ficou acordado que pelos deputados individuais, três minutos de intervenção, para os deputados que pertencem a grupos municipais, cinco minutos. Para hoje e apenas para hoje, por uma questão de simplificação, teremos uma grelha que, no palato e na ordem do dia, terá para o PS e para o PSD oito minutos para os cinco, para a IL, CDS quatro e para os deputados individuais da CDU e do LIVRE três minutos. Mas a grelha, já na próxima sessão, será devidamente adaptada, porque aquela que está no Regimento era completamente insuscetível de ser adaptada à nova circunstância política. Portanto, fez-se este acordo absolutamente provisório e será de acordo com a proporção evidentemente dos grupos e de forma que todos possam ter, por um lado, um mínimo que lhes permita expressar o seu posicionamento político e que também reflita a vontade do eleitorado em termos proporcionais. Assim, também ficou entendido que haveremos de fazer uma alteração ao Regimento tão depressa quanto possível, embora não haja uma urgência absoluta, portanto, à Mesa caberá apresentar uma proposta e, eventualmente, constituir um grupo de trabalho, mas isso ficará também para outra oportunidade. Cada membro do público que se inscreveu tem três minutos. A gestão deste tempo será rigorosíssima.----------

Senhora Deputada Beatriz Russo e Silva (CDU) «Vila Nova de Gaia é o terceiro concelho mais populoso do país. A sua realidade, embora indo ao encontro da realidade nacional, tem contornos próprios, enfrentando problemas agudos de ordem social e económica. Salários baixos face ao aumento do custo de vida, serviços públicos degradados, o SNS, a escola pública e os transportes, consequência do desinvestimento do Estado central e de más opções de gestão autárquica e o pesadelo da habitação. Tudo isto enquanto os lucros aumentam nos sectores do turismo, imobiliário

e distribuição. Na Assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia, os eleitos da CDU marcaram e continuarão a marcar presença na primeira linha de denúncia, na defesa intransigente dos direitos dos gaienses. Foi assim na luta pela reposição das 24 freguesias. Foi assim contra a privatização de serviços. Foi assim por mais e melhores transportes públicos, pelo direito à habitação digna do anterior mandato. A campanha para as autárquicas é, durante o próximo mandato. Os eixos centrais da intervenção da CDU manter-se-ão fiéis a si mesmo e à sua postura interventiva, defendendo o trabalho, os salários, o aumento de reformas e pensões e a melhoria das condições de vida de todos. O reforço dos serviços públicos e das funções sociais do Estado na Saúde, desde logo pela exigência de reabertura dos SASU na Educação. Pela rápida requalificação das escolas com necessidades de obras identificadas como urgentes ou muito urgentes. Na ação social. A criação de uma rede pública de lares, creches e outros equipamentos de apoio à deficiência. A garantia do direito à habitação e combate à especulação. Continuaremos a exigir a elaboração da Carta Municipal da Habitação para o nosso concelho e uma revisão justa do PDM. Transportes públicos de qualidade, acessíveis e sustentáveis da operacionalização da STCP em todo o concelho a partir de 2030. Ao restabelecimento o transporte fluvial, a Furadouro, o fim das portagens, a internalização da recolha do lixo, tornando a mais eficaz e económica para o município, contribuindo assim para a diminuição da fatura da água, o ambiente e os espaços verdes para viver. O apoio efetivo e continuado ao movimento associativo e as gentes e iniciativas culturais locais. E é com este compromisso claro de trabalho, de proximidade e de combate diário pelas condições de vida dos gaienses que a CDU enfrenta este novo mandato. Aqui estaremos com a mesma determinação de sempre para propor, para fiscalizar, para denunciar injustiças e para defender soluções que sirvam verdadeiramente o interesse público. Gaia merece uma política que responde aos seus problemas, que coloca as pessoas primeiro é que não desista de construir um concelho mais justo, mais coeso e mais digno. É esse o caminho que continuaremos a trilhar».----------

Senhor Deputado Helder Filipe Verdade da Silva Fontes (Livre) «Eu quero começar por desejar um bom mandato a todos os eleitos, de todas as forças partidárias e que façam um bom mandato e que cumpram aquilo que os gaienses esperam de nós, que é mudar a vida dos nossos cidadãos, mudar a vida de Vila Nova de Gaia para algo melhor para todos. E não será com grande surpresa que quando digo que o Livre será uma oposição ao Executivo, mas uma oposição democrática é sobretudo uma oposição leal. Quando debatermos aqui, será sempre por um confronto de ideias. Nunca será um ataque pessoal, nem nunca será um ataque visado a nenhuma pessoa. E dizer uma coisa nós, na reunião preparatória, para quem não esteve presente, estava lá um busto de uma figura bastante importante para este concelho um busto de Almeida Garrett Almeida Garrett nasceu no Porto, mas viveu durante largos anos em Vila Nova de Gaia. Diz até que se fez homem em Vila Nova de Gaia e dizia que todo o debate político é assente em noções de liberdade, distintas noções de liberdade legítimas, digamos. Mas a nossa noção de liberdade não há uma que diz bons gaienses agora pagam menos taxas municipais, pagam menos impostos, são mais Livres. Os gaienses agora não têm este regulamento ou esta barreira administrativa. São mais Livres. Nós até podemos concordar com isso. Até podemos concordar com uma descida de um imposto, uma taxa que seja, poderá fazer sentido, mas é uma noção de liberdade poucochinho, digamos. A nossa noção de liberdade é de que nós só seremos Livres se nos conseguirmos deslocar dentro do nosso concelho,

para fora do nosso concelho, para visitar os nossos amigos, os nossos familiares, os nossos entes queridos, para vivermos. Nós somos Livres. Conseguimos viver com dignidade numa habitação a custos controlados, mas uma habitação que também seja ela própria digna. Porque se nós não vivermos felizes dentro da nossa própria casa, nunca poderemos viver felizes. E isso também teremos de atender para podermos ser Livres. Nós só seremos Livres se tivermos políticas de saúde que abranjam todas as pessoas e que não haja uma única área da saúde que esteja vedada a quem possa pagar. É uma área de saúde a quem não possa pagar. Em suma, a nossa noção de liberdade é uma noção de liberdade que sabe que nós só somos Livres quando todas as outras pessoas também forem Livres. E eu queria trazer a Almeida Garrett aqui, porque, bom, diz-se que seria um liberal. Um liberal. Mas um liberal naquele tempo era muito diferente do que é que um liberal hoje. E Almeida Garrett dizia uma coisa com a qual eu concordo em absoluto os homens e os cidadãos eram outros tempos. Os cidadãos são Livres porque são iguais. E são iguais porque são Livres. E é essa a noção de liberdade e de igualdade que traremos a esta Assembleia Municipal». ----------

Senhor Deputado Luís Miguel Pereira Alves Nogueira (CDS-PP) «Como devem imaginar, fiquei muito feliz com os resultados eleitorais em Vila Nova de Gaia, no passado dia 12 de outubro de 2025. Quero por isso parabenizar todos os gaienses que nesse dia determinaram um novo rumo para o nosso município. Só desejo que seja um rumo de progresso, desenvolvimento, prosperidade e de sucesso para todos. Para parabenizar os novos eleitos e os reeleitos. A começar pelo novo executivo. Obrigado, Dr. Menezes. Muito obrigado por nos resgatar do marasmo. Ao som de uma música alucinógena com letra repleta de conversa fiada, tal como vimos na sua tomada de posse. Genica e vontade de fazer não faltam. Por isso vamos fazer. Vamos à obra. Porquê? Porque Gaia é e sempre foi obra. Gaia. É obra. Revejo-me por completo em tudo o que disse e na sua intervenção. Reveem se muitos gaienses, cuja voz era sistematicamente abafada nos últimos anos. Parabenizar todos os gaienses, parabenizar todos os presidentes de Junta de Freguesia eleitos a quem desejo um mandato de sucesso e que sejam contagiados pela vontade de fazer mais e discutir menos. Aqui peço perdão, mas tenho de dar uma palavra especial e um grande abraço ao António Pinto, novo presidente de Junta de Freguesia de Olival, que tenho o privilégio de conhecer e de ter como amigo há muitos anos. Para além da amizade, partilhamos, como é óbvio, muitas ideias, os nossos valores e os nossos princípios. Por isso, parabéns António. Parabenizar todos os deputados municipais, desejar que muitos de nós recuperem o gosto de participar nas nossas sessões. Espero que nesta Casa se volte a respeitar quem pensa diferente da maioria e que todos debatam com qualidade e urbanidade e que da nossa diferença surjam muitas e muitas ideias que contribuam para o nosso sucesso em Gaia, pois o sucesso deste novo executivo será o sucesso de todos os Gaienses. Foi o que desejei antes e é o que desejo agora. Quero também dizer claramente que nestas eleições os gaienses claramente valorizaram mais o ativo do que o passivo. Atrevo-me até a dizer que a maioria dos gaienses considera, tal como eu, que tanto falar do passivo sem falar no ativo e dos fundos próprios é só e simplesmente desonestidade intelectual. Claramente valorizaram mais também um discurso de futuro e de progresso, em contraste com o discurso do passado vitimizado e repleto de desculpas, típico de quem nada fez nem nada faz de relevante. Não obstante ter tido disponível o dobro do dinheiro que tivemos no maior ciclo de desenvolvimento deste concelho. Termino assim, desejando a todos um bom mandato e que esta Casa recupere um bom ambiente que sempre esteve Livre de

insolências, insultos e desconsiderações por quem se julga no direito de agredir quem pensa diferente só porque um dia teve a maioria. As maiorias são-nos emprestadas pelo povo. Por isso temos sempre de desrespeitar com o nosso trabalho pelo conselho e pela educação e urbanidade no debate. Quando nos emprestam a maioria, podemos usá-la para trabalhar e desenvolver o nosso município, como sempre fizemos. Ou podemos passar o tempo a criticar quem fez e a desculpar-nos com isso, os nossos in conseguimento. Termino, desejando um bom mandato a todos e com o melhor espírito de lealdade institucional que tanto reclamei nos últimos anos. Gostaria também de agradecer o trabalho dos antecessores deste executivo municipal. Fizeram o que podiam e o que sabiam, o que eu acho que tem de ser sempre respeitado», conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) «Antes de mais, é um prazer para mim ver esta sala repleta de cidadãos. Espero sinceramente que se repita e que nós possamos ver esta área destinada aos cidadãos, sempre cheia e sempre interessada na política da nossa cidade. A IL endereça-vos os mais sinceros cumprimentos e congratulo a todos os eleitos pela sua respetiva eleição no processo eleitoral, que foi exemplar. É uma enorme honra, mas também uma enorme responsabilidade para a Iniciativa Liberal apresentar se com três deputados municipais eleitos para o mandato 2025 a 2029. A Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia é também o culminar de um anterior mandato, com uma oposição firme e intransigente, marcada pelos valores da democracia, mas igualmente pela responsabilidade e intervenções baseadas na evidência e na objetividade. A iniciativa Liberal não tem dúvidas que todos aqui lutámos pelo mesmo. Todos aqui queremos a prosperidade da nossa cidade e o melhor para os seus cidadãos, não só os que aqui nasceram, mas todos aqueles que aqui escolheram viver e que aqui escolheram viver. Cada um tem as suas bandeiras políticas. Cada um tem as suas ideologias, mas sempre todos temos o mesmo objetivo servir os gaienses e Vila Nova de Gaia. E nesta missão a iniciativa liberal é clara iremos ser interventivos com cuidado e rigor. Iremos esclarecer os cidadãos sempre que estes desejarem. Iremos promover a transparência com respeito e retidão. Iremos promover a transparência com respeito e retidão. Para concluir, e com a liberdade e responsabilidade que nos caracteriza, defenderemos sempre um conjunto de políticas de transparência, de racionalidade económica, de responsabilidade financeira e de respeito pelos contribuintes. Temos, portanto, a obrigação de decidir em consciência e informar todos os cidadãos que, no passado dia 12 de outubro, exerceram o seu direito de voto sobre os seus representantes políticos na sua cidade. Queremos e estamos presentes para fortalecer a democracia nos próximos quatro anos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Grupo Municipal de Iniciativa Liberal tudo fará para que Vila Nova de Gaia se reposicionou. Reposicione a nível nacional e avance para o lugar onde nunca deveria ter saído. Esperamos contar com o apoio dos demais grupos municipais neste tão nobre desígnio pela nossa cidade e pelos gaienses. Muito obrigado a todos». ----------

Senhor Deputado Jéssica Silva Soares (CH) «Não poderíamos estar aqui e não agradecer o voto de confiança de todos os eleitores que confiaram e votaram nos chega para os representar neste mandato. Tudo faremos para retribuir esse voto de confiança. O CH em Gaia apresentou-se e marcou presença em toda a sua campanha eleitoral, com uma postura política limpa e responsável. E é assim

que continuaremos. E é isso que os gaienses esperam de nós neste mandato, aquilo que assumimos como nosso compromisso. É um trabalho feito com responsabilidade, ética, transparência e dedicação. Será por nós sempre colocado em primeiro lugar, o bem-estar dos nossos cidadãos e não as cores políticas. Independentemente da origem das propostas, o que irá determinar sempre a nossa posição é se ela beneficia ou não os gaienses. Isto não é uma carta em branco. Todas as medidas que não coloquem o bem-estar dos gaienses em primeiro lugar, todas as propostas que não sejam claras e transparentes sobre os benefícios para os cidadãos. Não contaram com o nosso apoio. Passaram pouco mais de duas semanas desde a tomada de posse e já todos verificámos que será um mandato cheio de desafios. Deixamos aqui a nossa crítica a todos os responsáveis políticos do anterior mandato que geriram a Câmara e as Juntas de Freguesia de forma irresponsável, sem terem trabalhado em prol dos cidadãos e hipotecando aquilo que possa ser feito neste mandato. Pedimos por isso, ao atual executivo que execute auditorias financeiras ilegais em toda a gestão que houve no município e nas Juntas de Freguesia ao longo do último mandato. A transparência do legado que foi deixado é fundamental para que todos os gaienses possam saber se os seus interesses foram ou não salvaguardados e comprovando se a má gestão desses atores políticos, que sejam exigidas as devidas responsabilidades legais. Não pode existir impunidade na má gestão de dinheiros públicos. Também não podemos esquecer a segurança. Nos últimos dias temos assistido a um aumento da insegurança, com vários assaltos praticados em várias zonas das nossas freguesias. É fundamental garantirmos os meios necessários para que as nossas forças de segurança tenham os recursos necessários para combater este flagelo. Além disso, devemos garantir a dignidade dos seus postos em Canelas, Arcozelo e Carvalhos. Os postos da GNR necessitam de intervenção urgente. Não nos esqueçamos de dar condições àqueles que trabalham defendendo o bem-estar e segurança de toda a população. Lutar pela nossa saúde. Não poderíamos estar aqui e não demonstrar o profundo desagrado com a ministra da Saúde, que apresenta a proposta de requalificação da Unidade Local de Saúde de Gaia, Espinho. Uma requalificação que representa o retrocesso no nosso sistema de saúde em Gaia. Esta requalificação só representa transtorno e perda de direito para todos os gaienses. Que todas as forças políticas se unam. A nossa unidade de expressão é fundamental para combater esta medida desastrosa para Gaia e para todos os Gaienses, que para todos nós que carregamos responsabilidade neste mandato, esteja sempre em primeiro lugar a qualidade de vida dos gaienses. É esse o nosso dever e responsabilidade para quem depositou confiança em nós, para todos nós. Que este seja o início de um excelente trabalho em prol de Gaia». ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) «Iniciamos hoje, de facto, os trabalhos da Assembleia Municipal, depois da tomada de posse do passado dia quatro e o PS, como é sabido, não obteve o resultado desejado nas últimas eleições autárquicas, ainda que a tradução deste resultado em mandatos tenha originado um empate no número de vereadores eleitos entre o PS e a coligação Gaia na Frente e uma maioria dos deputados eleitos do PS nesta Assembleia Municipal. Em todo o caso, o PS, logo nesta noite eleitoral, teve oportunidade de transmitir uma mensagem clara de confiança a todos os gaienses. O PS é uma grande força da democracia portuguesa, um partido de responsabilidade e de governo e por isso, seria um fator de estabilidade, estando disponível para o diálogo com quem foi eleito para governar, tendo presente sempre todos os compromissos e as propostas que assumiu nas eleições. Portanto, respeitando em todos os

momentos o contrato de confiança que estabeleceu com os gaienses. Dissemos, por isso, que o primeiro passo seria criar condições de governabilidade a quem foi eleito para governar, viabilizando a ação governativa na Câmara Municipal, desde que não se caísse na tentação do estabelecimento de acordos com forças extremistas que não devem ter proximidade do poder democrático. Senhor Presidente, em 2013, o então candidato do PS disse que era o seu herdeiro e essa mensagem radicava na ideia de que somos sempre herdeiros daqueles que nos antecedem. Quando estamos na vida pública, recebemos um legado que nos antecede e temos a necessidade, aliás, a responsabilidade de acrescentar com o nosso trabalho a esse legado, a quem vem a seguir. O senhor Presidente já viveu a experiência de ter recebido um ótimo legado do PS e agora volta a ter essa experiência. Infelizmente, tem começado o mandato pela tentativa de risco reviver o passado e de o desmerecer. Talvez seja altura de regressar ao lugar de herdeiro. Por isso, deixe me dizer lhe que a mudança da liderança da Câmara Municipal não apaga, não esconde o trabalho que fizemos durante 12 anos no município de Vila Nova de Gaia, evidente na extensão da linha de metro da Linha Amarela, quer na criação da linha Rubi, que passará a contar com mais 9,5 quilómetros de metro na estação de estação do TGV, no novo parque de materiais e oficinas de Vila Nova de Gaia, na Ponte D. António Ferreira Ferreirinha, nas novas sedes das Juntas de Freguesia ou nas instalações do novo Atendimento Municipal, no Gaia Aprende+ e no Gaia Aprende+i, na maior estratégia local de habitação do país, entre tantos outros investimentos. Este é um ciclo de desenvolvimento absolutamente extraordinário. Aliás, como o senhor deputado do CDS-PP acabou por dizer na sua intervenção. E aqui quero ainda destacar a comparticipação da Câmara Municipal nas obras do Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia Espinho. Essa grande infraestrutura, esse grande serviço central na vida do nosso concelho e uma marca de excelência para o país. O PS passou para a oposição e, feito este balanço, importa agora olhar para a frente na oposição. Para além de deixarmos este legado, seremos construtivos para o futuro de Vila Nova de Gaia. Queremos participar nas soluções que será necessário construir para o nosso concelho e estamos à altura da apresentação de respostas para esses desafios. Não será, apesar disso, que o PS deixará ou impedirá a nova Presidência de cumprir as suas promessas eleitorais. Seremos exigentes com esse cumprimento. Por isso, queria apenas deixar vos duas notas. A primeira é a de que as eleições autárquicas são sempre um momento de participação cívica por excelência. É aqui que muitas vezes, pela primeira vez, começamos a fazer parte da vida ativa, da política e da construção dos destinos das nossas comunidades. Seja na freguesia, seja no município. E por isso, quero destacar a disponibilidade de todos os que foram agora eleitos e também daqueles que, mesmo não tendo sido eleitos, se apresentaram às eleições e aceitaram fazer parte desta participação cidadã. Para quem inicia a participação política agora pela primeira vez e também para aqueles que já têm mais experiência, queria deixar vos uma ideia que eu próprio aprendi numa altura em que tomei posse para outras funções. Certa vez, nessa tomada de posse, contava-nos o Professor Doutor Sampaio da Nóvoa, que tinha aprendido com o antigo reitor da Universidade de Lisboa. Algo muito marcante que muitas vezes, quando tomamos posse, achamos que vamos de facto tomar posse, diálogo, apoderar nos de alguma maneira do cargo para o qual fomos eleitos. Mas, dizia ele, achamos que vamos possuir o cargo, mas na verdade somos possuídos por ele, pelas exigências do cargo, pela responsabilidade que se abate sobre nós, pela necessidade de responder aos anseios daqueles que depositaram em nós

a sua confiança. E esta é uma mensagem bonita que eu acho importante deixar. Nós somos, acima de tudo, aqueles que transportam os anseios da população em quem em nós confiou. E isto requer de todos grande responsabilidade e humildade de servir. Por isso, Senhor presente, permita me deixar lhe como nota final. Sei que não é a primeira vez que preside a Câmara Municipal. Não é um estreante, mas o mesmo percurso. Não faz a mesma viagem duas vezes. E por isso quero desejar-lhe que, mesmo não sendo a sua primeira vez, a primeira vez que possuía este cargo, que se deixe fundamentalmente possuir por ele, pelas exigências, pela responsabilidade e pela confiança que os gaienses depositaram em si». ----------

Senhora Deputada Ana Clara Nobre Durana (PSD) «Hoje, nesta sala, respira-se algo que Gaia há muito não sentia. Ar fresco, Liberdade, participação. Temos a casa cheia, o povo presente e as portas abertas. E estes gestos simples valem mais do que muitos discursos, porque devolve às pessoas o seu espaço e a democracia o seu sentido. O PSD saúda esta primeira sessão com sentido de missão e agradece aos parceiros da coligação CDS pela confiança e pelo caminho conjunto que nos trouxe até aqui. Saudamos também todas as forças políticas com assento nesta Assembleia e deixamos uma palavra de orgulho pelo nosso Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Paulo Rangel, gaiense de nascimento, europeísta convicto e hoje ministro dos Negócios Estrangeiros, representa bem a capacidade que Gaia tem de formar servidores públicos de enorme competência e sentido de Estado. É uma honra tê lo presidir a esta Casa democrática. Hoje, basta olhar para perceber a mensagem dos gaienses. Vencemos as eleições. E vencemos porque Gaia reconheceu que era tempo de virar a página, de recuperar a ambição e devolver dignidade institucional. Era tempo de pôr fim a um ciclo que degradou esta Casa. Um ciclo de insultos, histerismo, excessos verbais e uma soberba que transformou a Assembleia Municipal num parque, num palco de vergonha pública. Isso acabou. Gaia assim o quis. Não foi fácil ser PSD nesta Assembleia. Quem anda por cá sabe bem o que significou. Significou resistir, manter a voz firme, mesmo quando tantos tentaram silenciá-la. Mas nunca deixámos de estar ao lado das pessoas e por elas continuamos aqui. E neste novo ciclo há um ponto essencial o PSD soube escolher o homem certo. O regresso do Dr. Luís Filipe Menezes é um gesto de compromisso com os gaienses. Regressa quem sente responsabilidade, quem conhece o concelho de uma ponta à outra e, quem sabe, transformar desafios em resultados. Regressa também quem tem um profundo sentido humanista e coloca sempre o cidadão no centro das decisões. E regressa quem podia legitimamente ter escolhido não voltar, mas voltou porque Gaia falou mais alto. Tal como Afonso de Albuquerque, que a história consagrou como o Grande, um dos maiores estrategas portugueses, também Menezes regressa com esse espírito de reconstrução e futuro. Se Albuquerque foi o grande na expansão portuguesa, Menezes afirma-se hoje como o renovador de Gaia, aquele que sabe devolver rumo, identidade e ambição ao seu território. O PSD agradece-lhe publicamente o regresso e afirmamos com convicção escolhemos o homem certo para devolver Gaia ao caminho certo. Este caminho é um caminho de todo o concelho, de cada freguesia, sem exceção, dos territórios que tocam o Douro e o Atlântico, das áreas urbanas que crescem sem parar aos lugares interiores onde Gaia respira devagar. Das zonas industriais aos bairros que guardam a memória e as comunidades que todos os dias se juntam a nós. Gaia inteira cabe neste caminho e é por ela toda que aqui estamos. E é importante recordar que esta Assembleia Municipal é o órgão mais democrático do poder local. Aqui se debate, aqui se fiscaliza e se sonha o futuro do concelho. Depois

de anos de afastamento das pessoas, voltemos a ter uma Assembleia viva e participada. O PSD reafirma o papel que lhe cabe garantir rigor, transparência e respeito por Gaia. Os tempos mudaram. O tempo da prepotência acabou. O tempo da propaganda permanente acabou. O tempo das portas fechadas acabou. Queremos uma Assembleia viva e respeitada. Seremos cooperantes sempre que Gaia ganhar com isso. E firmes. Sempre Gaia a precisar de uma voz clara e corajosa. Ao nosso novo executivo Municipal deixamos uma palavra de confiança e esperança. Gaia deposita grandes expectativas neste mandato. E não nos iludamos. Isto não é um mandato qualquer. Nasce do cansaço do um ciclo que terminou e da esperança de um novo começo. Gaia, olha este executivo com vontade de ver o que ficou por fazer, finalmente avançar. Os gaienses sabem o que escolheram e aguardam com confiança que este caminho se cumpra dentro das competências da Assembleia Municipal. O PSD estará atento, presente, disponível para acompanhar o trabalho do Executivo com espírito de colaboração. O PS será o garante da estabilidade política necessária para que este mandato chegue a Gaia. Precisa que chegue Gaienses. Como começa hoje um novo capítulo, com a sala cheia, portas abertas e um sentimento de liberdade que não se finge. O PSD deixa-vos um compromisso claro. Trabalharemos por Gaia com verdade, com coragem e com coração». ----------

Senhor Deputado Helder Filipe Verdade da Silva Fontes (Livre) interpelou a Mesa, do lugar, referindo as palavras da senhora Deputada Ana Durana, *"(...) temos a casa cheia, o povo presente e as portas abertas. E estes gestos simples valem mais do que muitos discursos, porque devolve às pessoas o seu espaço e à democracia o seu sentido (...)"*, porque não deixam entrar os cidadãos que ainda se encontram "fora das portas".----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse à senhora Deputada que foi a única que excedeu o tempo. Deixou claro que têm mesmo de fazer um grande esforço para cumprir os tempos. Quanto à interpelação do senhor Deputado Hugo Fontes, as portas estão abertas, há limitações e as regras de lotação do espaço são para ser cumpridas. A liberdade não é a libertinagem. Os cidadãos compreendem perfeitamente isso, porque são adultos e responsáveis e, portanto, não vêm isso como um gesto que lhes cerceia a liberdade. Podem sair e dar lugar a outro cidadão ou pode, ao fim de 01h00, sair e dar lugar a outro, tem essa liberdade. Portanto, não vamos estabelecer precedentes, vamos cumprir com ordem, com tranquilidade e sem nenhuma ameaça para ninguém. As pessoas chegaram e sentaram-se Livremente. Os que chegaram mais tarde não têm espaço. Isto está, vai ser tudo transmitido publicamente. Hoje nós participamos não apenas com a presença física, porque os que não se inscreveram não podiam falar. Portanto, todos os inscritos estão cá dentro. E, portanto, os outros podem participar através dos meios Digitais é totalmente diferente do que acontecia antes e, portanto, os direitos de todos estão acautelados. Não há necessidade nenhuma de nós introduzirmos aqui perturbações áquilo que é a ordem normal.----------

Ponto 1 - Público.

Senhor Vítor Marques, Freguesia de Mafamude na sua intervenção, cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela sua eleição para este cargo honorífico e de responsabilidade. Cumprimentou também os membros eleitos para esta Assembleia Municipal, os senhores Vereadores e o senhor Presidente do Executivo Municipal, Dr. Luís Filipe Menezes Lopes. Disse, que outrora, o município de Vila Nova de Gaia foi vítima de um desenvolvimento fabuloso, fazendo jus ao seu nome de Vila Nova e foi debaixo da sua batuta, também sentiu, porque viveu isto, que no município os tempos mais recentes desvirtuaram esse nome. Constatei, que é hoje uma obra inacabada. No entanto, com o seu regresso, sabe que as freguesias existentes e em particular a freguesia de Vilar do Paraíso contribuirão para uma obra acabada sua. É um cidadão preocupado com a freguesia de Vilar do Paraíso e as suas gentes. Que de deserto seja um mar de oportunidades e desenvolvimento. Pode Vossa Excelência contar com ele, pois procurará sempre nesta Assembleia, para que os Vilarenses, também eles gaienses, tenham as infraestruturas que anseiam e merecem. -

Senhora Sara Domingues, Freguesia de Canelas na sua intervenção, disse residir em Canelas, na Rua da Ribeira Grande, num loteamento que não é permitido qualquer tipo de negócio, sendo uma zona exclusiva de moradias. Tudo mudou quando um proprietário do lote contíguo, decidiu instalar uma atividade ilegal. Trata-se de um negócio que envolvem camiões TIR com cerca de 15 metros de comprimento e com um peso que pode variar entre as 40 e 60 toneladas. Referiu ser um calvário desde os finais de 2022, a 24 de março de 2023, uma carta por *Comunicação de Procedimento* assinada pelo Dr. Telmo Monteiro, que dizia *"foi efetuada uma visita ao local onde se constatou a instalação de uma atividade comercial e que foi elaborado um auto de notícia"*. Em 17 de Maio de 2023, a senhora Helena Gomes, da Divisão Fiscal Municipal, informa o *"que se trata de atividade sujeita a mera comunicação prévia, será de dar conhecimento da situação a ASAE, informando-se que o espaço não possui autorização de utilização compatível com tal atividade."*, o que foi feito, no dia 18. Em 18 de Janeiro do ano seguinte e em carta enviada e assinada pelo Dr. Telmo Moreira, foi comunicado o seguinte: *"Comunico que, por despacho do Senhor Vereador Dr. José Guilherme Aguiar de 12 de janeiro de 2024, em referência a este assunto, decorrente de uma ação de fiscalização realizada pelos serviços municipais competentes ao imóvel onde decorre a atividade, constatou-se que se encontra a ser utilizado como armazém e estabelecimento,"*. No entanto, após um pedido de licenciamento a Dra. Dina Henriques, diretora municipal do Urbanismo, diz que como eles dizem que essa edificação é para garagem e também para arrumos, que isso é possível. Quando o Dr. Telmo diz que isso é ilegal e que não está legal. Para finalizar, deixem-me só dizer solicito que intervenha e que coloque um fim a esta situação.----------

Senhor Ricardo Silva, Freguesia de Mafamude em representação do "Movimento Gaia Verde" deu as boas-vindas ao novo executivo, apresentou o movimento que representa e partilhou diversas preocupações, em nome do "Movimento Cívico Gaia Verde", que surgiu como resposta social à degradação ambiental no concelho de Gaia e com a vontade firme de contribuir para a sua regeneração. Querem ajudar a reconstruir o património social e natural, valorizando os processos de

políticos e democráticos, a transparência e a participação pública no concelho. Pretendem defender lugares emblemáticos que ainda fazem parte da identidade do concelho, mas que se encontram fortemente ameaçados. Porém, hoje temos em mão três preocupações ambientais e concretas e urgentes. A primeira refere se à proposta de alteração ao projeto da linha de alta velocidade, ou seja, a relocalização da prevista estação subterrânea Santo Ovídeo para Vilar do Paraíso. A segunda preocupação tem a ver com a construção do chamado complexo aquático, que se trata essencialmente num ginásio privado no Parque da Lavandeira, o qual irá ocupar cerca de 10% da área deste num terreno municipal classificado como estrutura ecológica fundamental. O Movimento Gaia Verde questiona o interesse público deste projeto à custa da diminuição de um importante recurso ecológico de fruição pública. A terceira preocupação é o terreno do antigo parque de campismo da Madalena, onde o executivo anterior abriu o Eco Parque do Atlântico, um parque urbano, mas que no PDM esta zona ainda está classificada como área de expansão urbana. Gostariam que esta área passasse a ser classificada como parte da estrutura ecológica fundamental e área verde de utilização pública. ----------

Senhor Jorge Costa, Freguesia de Mafamude disse estar em representação dos seus filhos que adquiriram um terreno, tendo posteriormente tomado conhecimento que era uma zona RAN. Ficarão completamente perplexos porque é uma zona que está completamente infraestruturada, com águas pluviais, saneamento, etc., e andam sempre tipo bola de ping pong para Gaiurbe para a RAN, porque ninguém consegue dar uma definição. Em reunião com o representante da RAN em Braga, foi-lhe dito que o objetivo da RAN era, de certa forma, proteger as áreas destinadas à agricultura, mas ali não fazia sentido porque toda a área já estava infraestruturada, já não havia qualquer possibilidade de aqueles terrenos serem destinados à agricultura, nem tinha qualquer vantagem económica e que por isso, se a Gaiurb se dignasse a solicitar a exclusão, que não havia qualquer problema, que eles concordariam com isso. As respostas são sempre tipo copy paste, embora assinadas por pessoas diferentes, mas remetem-nos sempre para o decreto de lei da RAN. Vem a esta Assembleia Municipal ver se há alguma possibilidade de tentarem resolver essa situação.------

Senhora Caroline Maia, Freguesia de Mafamude na sua intervenção, referiu que há alguns meses a sua vida mudou em poucos segundos, quando um pequeno coágulo teve impediu o fluxo sanguíneo para o cérebro, deixando-a cega e à espera de novas sinapses, entre dúvidas e incertezas, descobriu que é neste mundo que habita a verdade nua e crua, e nele que se revela a nossa fragilidade. Recuperou a visão do olho esquerdo e aprendeu a ver tudo sob uma nova perspetiva. Descobriu uma cidade armadilhada, sem sinalização adequada para a sua nova normalidade. Uma junta médica autorizou-a a andar de bicicleta como parte do processo de recuperação da sua autonomia. A ciclovia segregada da Avenida da República deu as condições de segurança para viver os pequenos milagres do dia a dia. É por isso que hoje faz este apelo que democraticamente se encontre uma solução que mantenha ou restitua uma ciclovia segura, inclusiva e funcional. Que se resolvam os desafios das cargas e descargas e do estacionamento abusivo, sem retirar a única infraestrutura que permite que pessoas como a própria possam simplesmente viver a sua vida com dignidade. E acima de tudo, espera de coração, que ninguém, em momento algum das suas vidas, venham a ter um único problema.----------

Senhora Juliana Zmetakova, Freguesia de Mafamude na sua intervenção, focou igualmente a questão da acessibilidade e da segurança, um dos maiores problemas da cidade de Gaia, que é o estacionamento ilegal e abusivo que se verifica todos os dias em todas as nossas ruas. Veio, hoje, a pé e, em mais ou menos um quilómetro contou 12 carros estacionados ilegalmente, só neste percurso, e a esta hora do dia. Não há fiscalização. Nunca viu a Polícia Municipal multar estas transgressões e por isso pede também aos senhores agentes que aqui estão presentes para aumentarem a fiscalização e para que o executivo da Câmara consiga uma solução a este problema. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia à pouco não adverti, mas o público não se pode manifestar, faz parte das regras. O público normalmente deve-se abster de manifestações, agradecendo que compreendessem. ----------

Senhor Diogo Trigo, Freguesia de Mafamude, saudou a Mesa, o recém-eleito executivo e a audiência. Disse, que o motivo que o traz aqui também hoje já foi levantado é a questão da mobilidade suave na cidade de Gaia. Disse, ser um quarentão que vai trabalhar, e leva os filhos à escola, de bicicleta, por vários motivos e, por opção. Também, como já foi dito, durante um ano, teve uma ciclovia protegida que permitia circular em segurança. A realidade, com a remoção da ciclovia o seu estilo de vida, tal como de muitas outras pessoas não vai propriamente mudar, vai apenas voltar ao passado e vai ser pior para todos os envolvidos. Havendo a ciclovia protegida, não afetam propriamente o demais trânsito que por ali circula, a velocidade será mais lenta, quando essa ciclovia for removida e, como ouvimos, na prática, aumentar o estacionamento abusivo. Portanto, se até agora nos queixamos do trânsito porque havia uma via de circulação para os automóveis, autocarros, táxis, ambulâncias, seja o que for, imaginem quão pior vai ficar o trânsito quando, para além das cargas e descargas e carros mal-estacionados, passarmos a adicionar a isso, uma bicicleta ou uma trotineta a circular em via a velocidade reduzida, será bem pior. Deseja, votos de um bom mandato que seja inclusivo para todos, com um plano de mobilidade suave e inclusiva para toda a cidade.----------

Senhora Ana Rosbach, Freguesia de Mafamude disse ser importante sublinhar um facto grave, a destruição desta ciclovia ter começado antes da Assembleia Municipal ser consultada. Essa mesma Assembleia que aprovou por unanimidade a implementação dessa ciclovia. Se hoje esta Assembleia aprovar a posteriori aquilo que já começou a ser executado, estará na prática, aceitar que o presidente da Câmara exerça um poder que a lei, a democracia, não lhe reservam. Essa decisão não é apenas sobre mobilidade, é também sobre respeito de competências e equilíbrio de poderes, integridade do processo democrático. Remover uma ciclovia do centro da cidade seria um retrocesso histórico. É importante recordar que essa infraestrutura foi candidata a um fundo europeu do Norte de 2030. A decisão que a Assembleia tomar hoje é decisiva para a sustentabilidade, a credibilidade e o futuro de Gaia. E como ficou evidente pelo início da sua remoção, antes de qualquer deliberação deste órgão, é também decisiva para salvaguardar o papel desta Assembleia como órgão fiscalizador, deliberativo e central para a democracia local. ----------

Senhora Vânia Leite, Freguesia de Mafamude saudou todos os eleitos e agradeceu este momento de intervenção pública. A mobilidade em Gaia já é complicada há muitos anos. Quem anda a pé ou de bicicleta sabem o que custa atravessar certas ruas. Não é novidade para ninguém e também não é novidade, infelizmente, Gaia tem inúmeros preocupantes de atropelamentos e acidentes rodoviários. Se formos à freguesia onde agora se quer remover a ciclovia na Avenida da República, aparece no topo das estatísticas. Tirar uma estrutura que ajude as pessoas mais vulneráveis na estrada, como já vimos aqui hoje. É no mínimo estranho. E se me permitem, às vezes parece que a bicicleta é que é perigosa quando é o veículo que pesa menos na estrada, quando os outros pesam no mínimo uma tonelada. Quero deixar aqui também uma pergunta muito direta aos partidos que há não muito tempo votaram todos unanimemente a favor da ciclovia e vão agora escolher possivelmente removê-la. O que é que mudou? Também pergunto à Câmara Municipal, de forma honesta e aberta a dados concretos, estudos técnicos ou as vozes independentes que justifiquem remover a ciclovia foram ouvidos especialistas. Quais são os planos concretos para melhorar a mobilidade sustentável em Gaia nos próximos anos? Em que ponto está o Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável? Termino com um apelo simples, peço que votem com base em dados, responsabilidade e bom senso. Gaia merece lesões sólidas e de ruas onde possamos andar sem medo, porque a maior insegurança que vivemos é que causa mais vítimas concretas a insegurança rodoviária. E ela não se resolve apenas com mais carrinhas da polícia ali em baixo no Jardim do Morro. Resolve-se com melhores políticas públicas. ----------

Senhora Marta Marques, Freguesia de Mafamude na sua intervenção, disse ter uma história que acha interessante para o meu tema, que é o meu avô materno, todos os dias ia de bicicleta trabalhar, da Beira Rio para Serralves, todos os dias. E o meu avô paterno era barqueiro. Fazia a travessia entre Porto e Gaia e também ia buscar algumas mercadorias e alguns cidadãos, de barco. Portanto, já se usava toda esta mobilidade sustentável e verde antigamente. Gostaria que a partir destas histórias que compartilhei convosco, a cidade pudesse evoluir de forma moderna e sustentável, o que no fundo, os nossos antepassados já o sabiam fazer. A mobilidade verde é, como no passado, o futuro das cidades. Vemo-lo por toda a Europa. Voltando ao nosso município, e a ciclovia que foi construída na Avenida da República, no coração da cidade. Se pode haver algumas questões de planeamento ou até de construção que podem ser melhoradas nesta ciclovia? Não digo que não. A sua retirada é para mim um retrocesso, um retrocesso grave naquela que é a terceira cidade em população do país, a primeira do Norte e que deveria esforçar se por dar um futuro limpo e saudável aos seus cidadãos. Uma mobilidade verde, com menos estradas e carros, com mais espaços verdes para caminhar, correr e brincar. Há várias provas em como uma cidade mais verde, com menos carros e mais pessoas ao ar Livre melhoram a comunidade e o ambiente. Tudo isto está ligado ao ambiente, educação, ordenamento do território, mobilidade, saúde. Um poder político local que não entende esta ligação e a importância destas questões é um poder retido em visões do final do século passado e sem visão do futuro.----------

Senhora Liliana Neves, Freguesia de Oliveira do Douro na sua intervenção, disse ter vindo a esta Assembleia Municipal com o intuito de pedir ajuda. Já tem o pedido para a habitação social na Gaiurb, mas o problema tem-se vindo agravar. Vive sozinha com a que tem neste momento um

atestado multiusos de 80% de incapacidade de mobilidade. Não tenho nenhuma salvaguarda, nenhuma retaguarda por trás e por isso eu pedi ajuda na Gaiurb. Porquê? Porque a casa está degradada, o teto do WC caiu e há muita humidade, entre outros. Trata-se de uma casa alugada em que o senhorio não quer fazer obras e que até o quadro elétrico está a começar a dar de si. Vem aqui pedir ajuda e sensibilidade de todos, conforme documento em anexo **(vide anexo 2)**. ----------

Senhora Ana Sofia Rocha, Freguesia de Mafamude na sua intervenção, focou a decisão de remoção de parte do troço da ciclovia na Avenida da República. Não vem debruçar-se sobre a legalidade da decisão, algo que remeto a quem de direito e as peças jornalísticas que em nada enaltecem o município. Apresenta-se aqui com uma perspetiva sobre o que é uma cidade que aposta na mobilidade suave. Uma cidade que progride nos objetivos do desenvolvimento sustentável, onde as emissões provenientes da mobilidade podem ser reduzidas para metade, onde as pessoas, os hospitais, os executivos têm preocupações diminuídas com doenças associadas ao sedentarismo. Estamos a falar de diabetes, depressão, doenças cardiovasculares, oncológicas e respiratórias. Falemos de economia, o que tem o senhor Presidente a dizer às empresas de Gaia que se dedicam à mobilidade suave e que tinham nesta ciclovia uma expansão do seu mercado? O que tem o seu executivo a dizer à empresa Rent a bike? E o que tem o sr. Presidente a dizer á arte produtora de bicicletas que tem a sua fábrica em Sarzedo, mas cujo mercado tem de ser estrangeiro por não haver em Gaia condições favoráveis ao uso das bicicletas aqui produzidas. ----------

Senhora Marta Palmeira, Freguesia de Mafamude disse que há três anos faz diariamente este percurso de bicicleta pela Avenida da República, portanto, com conhecimento direto da sua utilidade e do impacto que o seu desmantelamento está a ter. A ciclovia é uma infraestrutura de mobilidade e não um mero elemento decorativo. Permitiu reduzir o conflito entre modos de transporte, dando segurança aos ciclistas e previsibilidade ao trânsito de automóvel. Em fevereiro deste ano, enquanto circulava na ciclovia, fui atingida pela porta de um carro estacionado ilegalmente. Desde então, nada mudou. Os carros continuam a ocupar a ciclovia diariamente e a fiscalização é inexistente. Este episódio ilustra bem o que acontece quando o espaço destinado à mobilidade ativa não é devidamente protegido nem respeitado. O argumento de que a remoção da ciclovia melhorará o trânsito é, na prática, infundado. O que se observa agora é o contrário, mais carros em segunda fila, mais bloqueios, mais poluição, não é uma melhoria, é um retrocesso urbano. A visão de construir novas ciclovias que Vossa Excelência tem referido publicamente é vaga e não responde às necessidades reais de quem se desloca todos os dias. As ciclovias que existem junto à frente marítima, que são importantes, mas têm um carácter apenas de lazer. O que Gaia precisa é de uma rede coerente, contínua e funcional, que ligue as zonas residenciais às zonas de emprego, escolas e transportes públicos. As grandes cidades europeias já perceberam isto há muito tempo. Vamos então fazer de Gaia uma cidade melhor. Apelo, por isso a que esta decisão seja reavaliada com base em dados e não em perceções. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, agradeceu a todos os cidadãos, não só a participação, mas o facto de terem dado uma excelente lição a todos os políticos, praticamente todos respeitaram ou quase respeitaram o tempo. Mostraram que é possível fazer valer as causas sem deixar de

cumprir os tempos. vamos pensar numa fórmula simples que todos possam usar, nos cumprimentos iniciais, claro, quem quiser cumprimentar todos, pode. Este país dos salamaleques e dos doutores e engenheiros, dos presidentes, vice-presidentes, é um país que assim, não funciona. Ninguém ficará melindrado e é uma forma de ganharem um pouco mais de tempo, e focarem os pontos que realmente interessam. Pronto, claro, se quiserem. Porque querem insistir? São Livres em cumprimentar toda a gente. Deu a palavra ao Senhor Presidente, para responder, se assim o entender.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção, fez algumas declarações relativamente às intervenções dos partidos políticos os quais saudava igualmente. Em relação à CDU, durante a campanha eleitoral, houve um conjunto de propostas que tem a ver, por exemplo, com o próximo orçamento municipal, que, na altura própria, quando tiverem de consultar os partidos, auscultaram as ideias que nos parecem bastante pertinentes. Ouviu também a intervenção do representante do LIVRE com muita atenção e de todos os partidos que apoiaram a coligação que foi importante para o eleger e, de uma forma muito particular do PS, que releve o facto de ter tido um discurso construtivo, que é o que precisamos, que o maior partido da oposição tenha um discurso construtivo, positivo e de colaboração, não significando que não faça oposição e que não chame à atenção tudo aquilo em que o seu programa eleitoral é diferente do PSD. Uma saudação aos presidentes de Junta, todos os presidentes de Junta, de todos os partidos, são peças muito importante do desenvolvimento de qualquer projeto municipal. Uma palavra especial ao senhor representante da IL, pelos contributos permanentes que faz chegar, sempre muito positivos, relativamente a reformas em Vila Nova de Gaia. Espero que continue a fazê-lo, porque todos eles são vistos com muita atenção e anotados. Também em relação ao CH, que independentemente das suas divergências, é um partido que teve uma votação significativa e, portanto, deve merecer, em democracia, o respeito de todos. Em relação aos cidadãos que que intervieram, começou por muito simplesmente, agradecer as referências simpáticas do seu amigo Vítor Marques e tentar ser digno delas no futuro. Depois, em relação à senhora que fez a intervenção relativamente ao problema de Canelas, sumariamente, conseguiu ler os documentos, alguns documentos que lhe foram fornecidos, sabendo que essa intervenção ia acontecer. Não querendo especular antes de ter todos os elementos em cima da mesa, mas à partida pensa que a senhora tem "carradas" de razão e, se concluir nos próximos dias que tem "carradas" de razão, a senhora não esperará quatro anos para haver uma atuação. Em relação, à intervenção feita pela associação ligada aos problemas do ambiente, algumas matérias levavam estar aqui toda a noite, mas em relação a uma delas, evocada muito em concreto, que tem a ver com o equipamento que já iniciou a sua, aparentemente a sua construção, à custa de uma parte do Parque da Cidade, hoje mesmo fez um despacho para a Direção Municipal de Assuntos Jurídicos, porque tem a maior das dúvidas da legalidade do que lá se está a ser feito. Em relação aos outros temas, o tema relativo a Vilar do Paraíso e nomeadamente em relação ao Parque de São Caetano, já é uma matéria mais complexa. A obra já vai alta. Vamos ver eventualmente o que se poderá fazer, pelo menos numa lógica de proximidade ou compensar a freguesia do ponto de vista de algum equipamento verde. Em relação à questão do TGV, eu não queria aqui adiantar, mas foi criado um grupo de trabalho que vai começar a trabalhar para a próxima semana, que tem a ver com representantes de todas as freguesias, do consórcio

construtor e da Câmara. Depois as outras intervenções e a duas intervenções que conjugam duas vertentes, eu posso responder a todos de uma só vez. Em várias dessas intervenções, ligar ciclovias ao verde. Esse presidente da Câmara dos 14 anos para trás, esse presidente da Câmara começou o seu mandato e existiam dois metros quadrados de zonas verdes por habitante em Gaia. Quando acabou o mandato, existiam 12 metros quadrados por habitante. Em relação à ciclovia, em concreto a Avenida da República, não enganei ninguém. Quando me candidatei disse o que ia fazer. E, portanto, era legítimo que quem discordasse, apresentasse a sua discordância e se candidatasse. Cada vez há mais portugueses que gostam de viver em democracia, gostam do voto popular e, portanto, isso não significa que o facto de se ter o apoio do voto popular se tenha sempre razão. Ouviu aqui munícipes, que respeito muito, contra o fim da ciclovia da Avenida da República. Tem cerca de 3000 emails na minha secretária de gaienses a apoiar o fim da ciclovia na Avenida da República. E tenho os protestos de muitos munícipes que chegavam a ficar muitos minutos parados porque os camiões não podiam encostar e ocupavam completamente a faixa de rodagem. Quanto às questões legais, porque todos temos de cumprir a lei, ouviu argumentos, os mais estapafúrdios, que não cumprem o PDM. Esses nem discutirá porque é tão ridículo e estão tão longe da realidade que perderá um segundo com eles. Em relação a outros argumentos, há um argumento que é a obrigatoriedade de votação das posturas, durante 16 anos não aprovei nenhuma postura em Assembleia Municipal. É uma matéria controversa. Há um parecer do Conselho Superior do Ministério Público de 2018, a pedido de um presidente de Câmara. Parecer esse que pode ser consultado por qualquer cidadão. Em relação à senhora que veio falar da habitação social, também tenho boa consciência, durante os meus mandatos fizemos cerca de 30 bairros, quase 4000 casas de habitação social. Há pouco falava aqui com o sr. Vice-presidente sobre essa matéria. Tem-se falado muito da habitação para jovens de habitação com rendas controladas, acho que ainda é necessário fazer umas centenas de casas de habitação social. Em Gaia ainda existem muitas pessoas e muitas famílias em dificuldades económicas extremas que precisam de habitação social. Temos cerca de 1300 pessoas inscritas para casas de habitação social e pelo menos mais de metade delas justificam que haja a nossa atenção e a nossa sensibilidade. Todos os partidos e, portanto, aquilo que eu tem estimulado o senhor vice-presidente, é que não olhemos só para o programa, para a classe média ou para os jovens, mas também olhemos para a possibilidade de desenvolver umas centenas de casas de habitação social, porque são indispensáveis. Em relação ao caso em concreto que esta senhora evocou, na próxima semana alguém do meu gabinete irá contactá-la para ir ver essa casa, ver se através de uma vistoria a administrativa, é possível fazer alguma coisa junto do putativo senhorio que certamente existirá. Em relação ao senhor que suscitou a questão relativamente ao terreno, a terrenos que estão em reserva agrícola, eu penso que todos nós teremos a responsabilidade, todos partidos, de até ao final do próximo ano político, até ao Verão, termos um PDM refeito em Gaia.---

Ponto 2 - Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse, que com isto concluímos de facto, este período de intervenção do Público, também com respostas que eu diria a cada uma das interpelações que foi feita, o que é também um dos desígnios deste espaço de tempo para os cidadãos. E com isso nós vamos entrar no período antes da ordem do dia, uma vez que a segunda-secretária, devidamente justificada, não pode estar presente, pediu ao deputado municipal Pedro Oliveira se poderia substituir, nas suas funções. Relembrou a distribuição de tempos, convidando a senhora deputada municipal da CDU para fazer a sua apresentação, podendo fazer ambas para economia de tempo.-

Senhora Deputada Beatriz Russo e Silva (CDU) Na verdade não vou ler a moção pela rejeição do pacote laboral, porque todos os deputados eleitos tiveram acesso a ambas as propostas. Deixa claro é que o que está em causa para a CDU é a total rejeição do pacote laboral apresentado pelo Governo. Relativamente à questão da Rede Unir, é aqui realmente que me quero centrar, porque o nosso debate tem sido também sempre pautado por isto. Quase dois anos depois da entrada em funcionamento da Rede de Unir e já em pleno funcionamento da Empresa Metropolitana de Transportes, a TMP, criada para gerir a operação e resolver os problemas, ser inegável que a Área Metropolitana do Porto e a população do concelho de Gaia continua sem um serviço ao nível do que foi anunciada. E é por isto que, nos termos da lei e do Regimento, a CDU propõe à Assembleia Municipal de Gaia que recomende à Câmara Municipal que intervenha junto da ANMP e da TMP para que tomem com urgência as medidas necessárias para fazer o operador da rede UNIR que serve o nosso concelho, cumprir o estipulado no caderno de encargos e, entre outras matérias, assegurar que cumpra com os serviços e horários previstos. Deixou, a **Proposta de Recomendação**, "Exigir ao operador da rede UNIR que cumpra os horários e serviços com qualidade e preparar o caminho para que a STCP assuma a operação em Vila Nova de Gaia", conforme documento em anexo **(vide anexo 3)**, deixou, igualmente, uma **Moção** "Pela rejeição do Pacote Laboral do Governo e em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos salários e da dignidade profissional", conforme documento em anexo **(vide anexo 4).** ----------

Senhor Deputado Helder Filipe Verdade da Silva Fontes (Livre) apresentou, uma **Proposta de Recomendação** "Linha de Alta Velocidade em Vila Nova de Gaia", conforme documento em anexo **(vide anexo 5).** Disse, não querer antecipar o debate sobre a linha de alta velocidade em Vila Nova de Gaia, porque iria haver um grupo com o consórcio e outras entidades e que eu iria tirar-lhe esse peso de cima ao dizer que pode colocar as culpas em mim. Muito claramente disse, que o LIVRE tem uma posição muito clara sobre este assunto. Quanto à participação dos cidadãos, que efetivamente não haja portas fechadas e que todos os cidadãos possam participar nos processos políticos em Vila Nova de Gaia. ----------

Senhor Deputado Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira (PSD) apresentou, uma **Moção**, "Defesa da Manutenção de Valências nos Serviços de Pediatria e Neonatologia e no Serviço de Cirurgia

Pediátrica da Unidade Local de Saúde de Gaia e Espinho (ULSGE)", conforme documento em anexo **(vide anexo 6)** ----------

Senhor Deputado Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo (PS) relativamente à proposta da CDU sobre o pacote laboral, plenamente de acordo e, portanto, votaremos a favor sem problema absolutamente nenhum. Relativamente à questão da proposta da Unir, estamos genericamente de acordo, apenas entendemos que a questão da STCP poder assumir estas funções não só não depende apenas do município de Vila Nova de Gaia, depende também de outros municípios e depende da própria capacidade desta para fazer esse serviço. Registamos como positiva a evolução da posição da CDU relativamente a este que inicialmente tinha proposto até durante o período eleitoral, que há aqui uma tentativa de aproximar as condições de exequibilidade desta proposta. Relativamente à proposta do voto de recomendação do Livre, também aquilo que nós assumimos durante a campanha eleitoral foi que não escolhemos localizações e, acima de tudo, entendemos que há dois princípios que devem ser respeitados. O primeiro princípio é o do menor transtorno possível, portanto, o menor impacto possível na construção da nova estação do TGV. E a segunda é a ligação à estrutura de metro, mais uma vez, genericamente, estamos de acordo, mas não podemos acompanhar o segundo ponto que acaba por fixar aqui o caderno de encargos ao cumprimento de uma localização. Agora, relativamente à moção do PSD sobre o Serviço de Neurologia e Pediatria, em primeiro lugar, registamos obviamente como positivo que o PSD se associe a esta proposta, que já foi trazida à Câmara Municipal pelos vereadores do PS. Aliás, tema no qual o PS publicamente já tinha falado no fim de semana passado, que foi acompanhado depois pelas declarações também do senhor Presidente da Câmara Municipal, que foi votado e aprovado na Câmara Municipal e, portanto, genericamente, concordamos também com esta posição. Agora temos uma solicitação a fazer para podermos votar favoravelmente esta proposta, porque se entendemos que, de um modo geral, a proposta faz todo o sentido. Manifestar total apoio às posições públicas assumidas pelo Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Luís Filipe Menezes, na defesa intransigente dos interesses dos gaienses. Não fazia sentido, obviamente, que nós esquecêssemos quem foram os vereadores que trouxeram este assunto a público, quais deles é que os aprovaram. Há aqui um certo excesso de entusiasmo, percebeu-se isso já na intervenção da bancada do PSD, logo no início desta Assembleia municipal, porque eu pelo menos não chamaria a um presidente de Câmara Municipal apoiado pelo meu partido, Afonso de Albuquerque, que tinha como cognome, *O Terrível*. Mas pronto, deixo isso para o entendimento do PSD poder coordenar-se entre a bancada na Assembleia Municipal e a da vereação. Mas de qualquer modo, eu acho que faria sentido nós pudéssemos corrigir esta posição e, portanto, que pudéssemos realmente verter aquilo que aconteceu na realidade e, portanto, passarmos do manifestar total apoio às posições públicas do Presidente, que certamente também é um vereador. Mas para as posições assumidas pela Câmara Municipal pelo órgão institucional. Aliás, reforçando até o apelo que o senhor Presidente fez há pouco e o reconhecimento que fez sobre a declaração que fiz há pouco sobre o nome do PS, sobre a cooperação institucional que nós temos de ter com a bancada da oposição. E, portanto, eu acho que, podendo o PSD aceitar essa alteração, teremos todo o prazer em aprovar esta. Esta moção que achamos que faz todo o sentido. E saudamos mais uma vez que tenham seguido as pisadas do PS nesta posição.

Apenas achamos que, de facto, tem de se fazer o devido reconhecimento institucional ao órgão para o qual todos fomos eleitos. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes disse, relativamente à intervenção do senhor deputado do PS e não por comiseração cristã, mas por comiseração democrática. Até por estar convencido que a sua amiga e companheira Ana Durana, estava-se a referir ao seu filho Afonso de Albuquerque e, portanto, acha nesta matéria, com um bocadinho de esforço, de todos, a convergência é importante. Pediu, ao meu próprio partido, que tenha abertura para aceitar colocar a questão de como uma proposta aprovada por unanimidade no Executivo, se não saímos diminuídos. Eu sou o presidente do Executivo, mas aderi a uma proposta do PS que foi lá apontada e acho que aqui não há paternidade de ninguém, nem quem começou primeiro, nem quem veio a seguir. Portanto, eu pedia isso ao meu, ao meu próprio partido, a bancada do meu próprio partido. Penso que todos sairemos mais fortes com uma com uma boa votação em relação a esta matéria,----------

Senhor Deputado Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira (PSD) concordando com o senhor Presidente da Câmara Municipal, isto não se trata de uma corrida. Trata-se de preocupação legítima com o nosso concelho e, portanto, aceitámos a proposta de alteração. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse estar devidamente anotado. O texto será adaptado de forma que fique conforme aquilo que parece ser aqui o consenso entre os representantes do PSD e do CDS e por alguns acenos que vi nos nossos deputados municipais.----------

Senhor Deputado Luís Miguel Pereira Alves Nogueira (CDS-PP) na sua intervenção, relativamente às moções, a opinião do CDS-PP será expressa na votação. Disse, estarem a equacionar apresentar um voto de louvor na próxima Assembleia Municipal, mas não pretende deixar passar esta data sem dizer umas palavras, no próximo dia 25 de novembro celebramos 50 anos em que Portugal consolidou a sua democracia. O dia 25 de novembro tem de ser recordado e celebrado por todos aqueles que prezam e amam a liberdade e a democracia, pois ambas, a 24 de novembro de 1975, estavam seriamente ameaçadas. Esta foi a data em que a democracia se consolidou, conforme documento em anexo **(vide anexo 7)**.----------

Senhor Deputado Rúben David da Silva Pinto (PSD) referiu, relativamente à proposta da recomendação da CDU, exigir ao operador da rede UNIR, que cumpra os horários e serviços com qualidade e preparar o caminho para a STCP, o grupo municipal do PSD, tem os seguintes considerandos sobre esta proposta. É consensual que, no início da Rede Metropolitana de Transportes Rodoviários, denominado de UNIR, apresentou dificuldades significativas e ainda não consegue responder a todas as necessidades dos gaienses. Passado quase dois anos do início da operação, persistem falhas graves e as reclamações por parte dos utilizadores, no qual o relatório da primeira reunião da Unidade de Acompanhamento da Rede de Unir, datado de 7 de julho de 2025, evidencia o estado caótico da operação em Gaia. Entre as diversas queixas apresentadas pelos utentes a situações inusitadas, como por exemplo, uma «reclamação da linha 9045 incumprimento

do trajeto não existe evidências de que esteja a ir às escolas Valadares nem a cumprir o trajeto até à estação João de Deus». O Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia considera fundamental a adoção de medidas adequadas e acredita que o executivo municipal tomará as providências necessárias. Contudo, é importante salientar que o contrato vigente permanece válido até dezembro de 2030, e que este executivo assumiu funções há menos de um mês. A defesa hoje da transferência integral da operação Rodoviária, STCP, em Vila Nova de Gaia, revela-se precipitada. Conforme previsto até no nosso programa eleitoral da coligação Gaia Sempre na Frente, a solução poderá assim incluir o alargamento da rede da STCP à cidade, com o correspondente aumento da participação do município na empresa e o resgate parcial da concessão da Unir. Ou então é ainda possível a criação de uma empresa própria para servir o município. Face ao exposto, eu deixo à consideração da senhora deputada se é possível retirar, por exemplo, a linha número dois da proposta para que seja possível da nossa parte, por exemplo, acompanhar, nem que não seja com uma abstenção, porque choca logicamente com aquilo que que descrevi.----------

Senhora Deputada Ângela Eugénia Ferreira de Pinho (PSD) disse que o grupo municipal do PSD, considera que o voto de recomendação do Livre sobre a Linha de Alta Velocidade em Gaia é extemporâneo, uma vez que na passada segunda-feira, 10 de novembro, foi aprovada pelo executivo camarário com a abstenção dos vereadores do PS, a criação de um grupo de trabalho para acompanhar a inserção do projeto da Linha de Alta Velocidade e a Nova de Gaia, no distrito do Porto. Como tal, o caminho está a ser construído e neste momento passa por sentar todas as partes à mesa, sendo o grupo de análise constituído pela Câmara Municipal, pelo Consórcio Construtor Aveiro Norte, por representante das Juntas de Freguesia afetadas e tendo sempre em mente as populações que serão implicadas pela passagem do comboio de alta velocidade.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse à senhor Deputada que devia mesmo concluir, ou irá tirar-lhe a palavra. Tendo já exprimido a posição de voto, que está bem justificada. ----------

Senhora Deputada Beatriz Russo e Silva (CDU) disse não estar disponível para retirar o 2º ponto da Moção, os considerandos são claros. A questão é, não retiraram o segundo ponto, visto não ser mais uma reflexão sobre o caderno de encargos e os nossos considerandos deixam claro que isto é uma urgência. Não pode ir para lá de 2030.----------

Senhor Deputado Daniel Fernando Almeida Moreira Couto (PS) disse, precisamente no dia 4 de novembro de 1977, inaugurou - se a Ponte Maria Pia, ligando finalmente o comboio de Lisboa ao Porto, que desde 1834 tinha o seu término em Vila Nova de Gaia. A Ponte Maria Pia é uma obra-prima da engenharia mundial, assim considerada em 1990 pela prestigiada American Society of Civil Engineers. À época tinha o maior arco metálico do mundo e a particularidade do tabuleiro se encaixar no seu ápice. Uma característica técnica que o engenheiro Théophile Seyrig, em 1866, repetiu na inovadora Ponte Luíz I. A Ponte Maria Pia é precursora do sistema construtivo por avanços sucessivos a partir das suas margens, dispensando andaimes, mercê de outro género de engenharia, Gustave Eiffel, cuja empresa associada a Seyrig, construiu a ponte em apenas 22 meses, tendo Eiffel em 1882 a tomado como modelo na construção do Viaduc Garabit em França. A Ponte

Maria Pia é a primogénita das seis pontes metálicas de grande arco europeias do final do século XIX, unidas na candidatura transnacional à UNESCO para o Património da Humanidade, que inclui a nossa Ponte Luíz I, o referido Viaduc Garabit, Ponte San Michel, em Itália, a Ponte alemã Müngsten em Solingen e o Viaduc Viaur, em França. Peritos internacionais alertaram para a necessidade de a Ponte Maria Pia ter um novo uso, mantendo os carris para assegurar a sua integridade e autenticidade. Senhor Presidente, em 4 de novembro de 2027, a Ponte Maria Pia celebra 150 anos. Como monumento nacional e obra-prima da engenharia mundial merece uma digna comemoração internacional. Merece que se ponha fim à sua insólita falta de uso e de fruição pública. Merece acompanhar a ponte de Luís I como Património da Humanidade. Como o senhor Presidente da Assembleia Municipal se dá muito bem com o senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros que, além de Ministro de Estado, é responsável pela Embaixada portuguesa junto à UNESCO e é também um ilustre gaiense, transmita-lhe que pode, neste processo, exercer um apoio decisivo para o reconhecimento mundial das nossas pontes metálicas em conjunto com as suas congéneres europeias.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse dar a sua palavra de que se associa por inteiro e transmitirá, ainda hoje, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, a sua mensagem. Disse, também se associar à intervenção do deputado Luís Nogueira. Foram duas intervenções, digamos, dos assuntos mais prementes, pelo menos relativos a Gaia. Ambas, uma politicamente e outra culturalmente, com enorme alcance. E, portanto, dizer que são duas intervenções, cada uma no seu registo e com alcances diferentes, mas que se associa muito fervorosamente. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apenas aqui três pontos que decorrem das intervenções anteriores. Em primeiro lugar, repor a verdade e esclarecer o senhor Presidente da Câmara, como historiador de profissão e, portanto, não se pode apropriar nem das ideias, nem das propostas dos outros. Associa-se à proposta sobre a Ponte Maria Pia, que aliás faz parte do programa da coligação e que é de facto uma ideia que deve ser posta em prática o mais rapidamente possível. Questionou a Mesa sobre uma questão colocada por alguns munícipes quanto à transmissão online da Assembleia Municipal, ou seja, não está a decorrer, confirma a veracidade dessa situação?-------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse ao senhor Deputado, que julgava que sim, mas não está. Irá indagar isso e garante que da próxima vez estará. Estava absolutamente convicto que sim.----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) reforçou essa ideia, que é um dos pontos de honra da IL, a transmissão online das Sessões. Enquanto cidadão, já subiu a este púlpito pedir exatamente o mesmo. É de facto, uma excelente iniciativa e que deve ser posta em prática também o mais rapidamente possível. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, disse ao senhor Deputado, ainda não ter sido possível o registo de vídeo, uma promessa da coligação eleitoral e claramente assumida pelo Presidente da Câmara, Luís Filipe Menezes. É um instrumento muito importante para alargar a participação

democrática, absolutamente fundamental e, nos dias de hoje, é algo que está perfeitamente ao alcance.----------

Não havendo mais nenhuma intervenção, o Senhor Presidente da Mesa, colocou à votação os documentos apresentados.----------

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta de Recomendação, "Exigir ao operador da rede UNIR que cumpra os horários e serviços com qualidade e preparar o caminho para que a STCP assuma a operação em Vila Nova de Gaia", **apresentada pela Senhora Deputada da CDU.**--

Votação: Rejeitada, com 30 votos contra (23 do Grupo Municipal do PSD, 04 do CH e 03 do CDS-PP), 25 abstenções (22 do Grupo Municipal do PS e 03 da IL) e 02 votos a favor do (01 da CDU e 01 do Livre). ----------

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Moção, "Pela rejeição do Pacote Laboral do Governo e em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos salários e da dignidade profissional", **apresentada pela Senhora Deputada da CDU.** ----------

Votação: Rejeitada, com 33 votos contra (23 do Grupo Municipal do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 24 votos a favor (22 do Grupo Municipal do PS, 01 da CDU e 01 do Livre). ----------

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o Voto de Recomendação, "Linha de Alta Velocidade em Vila Nova de Gaia", **apresentado pelo Senhor Deputado do Livre.** ----------

Votação: Rejeitado, com 23 votos contra do Grupo Municipal do PSD, 29 abstenções (22 do Grupo Municipal do PS, 04 do CH, e 03 do CDS-PP) e 05 votos a favor (03 da IL, 01 da CDU e 01 do Livre).

O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Moção, "Defesa da Manutenção de Valências nos Serviços de Pediatria e Neonatologia e no Serviço de Cirurgia Pediátrica da Unidade Local de Saúde de Gaia e Espinho (ULSGE)", **apresentada pelo Grupo Municipal do PSD.** ----------

Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

Ponto 3 - Período da Ordem do Dia.

3.1. da Ordem de Trabalhos **Discussão e Votação da Ata nº 1 de 4 de novembro de 2025** ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia submeteu a votação a Ata nº 1 de 4 de novembro2025

Votação: Aprovada por Unanimidade, nos termos do disposto no nº 3, do artigo 34º do C.P.A., não tendo participado nesta votação os(as) Srs.(as) Deputados(as): Jorge Espanhol, Ângela Pinho, Beatriz Silva, Adriana Costa, Daniel Couto, Hugo Pereira, José Cardoso, Joaquim Barbosa, Joaquim Tavares, Maurício dos Santos, Andreia Ramos----------

3.2. da Ordem de Trabalhos **"Eleição de Presidente de Junta de Freguesia e seu Substituto, para efeitos de representação das freguesias de Vila Nova de Gaia no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a realizar-se nos dias 13 e 14 de dezembro, no Centro Cultural de Viana do Castelo".**----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia apresentou uma Lista para a referida Eleição no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, "O Presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares, Alfredo Rocha, ficando como seu suplente o Presidente de Junta de Freguesia de Seixezelo, Sérgio Batista.", conforme documento em anexo **(vide anexo 6)** ----------

Foi presente 01 Lista, denominada A, tendo obtido 32 votos a favor, 00 votos brancos e 24 votos contra. Foi, pois, eleito o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Gulpilhares Alfredo Rocha e o seu substituto o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Seixezelo Sérgio Baptista, pertencentes à Lista A.----------

3.3. da Ordem de Trabalhos **"Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, municipal quanto à Anulação das Posturas Municipais de Trânsito na Avenida da República, na Freguesia de Mafamude e Aprovação das novas Posturas Municipais de Trânsito".** ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia focou novamente, terem ultrapassado as 3 horas Regimentais, estando-se já na hora extra dos trabalhos. Deu a palavra aos senhores Deputados, por ordem de inscrição.----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) relativamente a esta questão, o grupo municipal da IL, concorda no conteúdo. Não concordam na forma como esta medida foi implementada. A medida faz parte do programa da coligação, uma medida que foi a votos, que constava do programa proposto ou do programa apresentado a todos os eleitores e, portanto, não faria sentido nós agora estarmos a votar contra. Não concordam tanto com a forma porque entendem que esta medida tem de forçosamente passar pela Assembleia Municipal. E nesse sentido, querem também reforçar aqui essa posição, porque a Assembleia Municipal é um órgão de pleno direito, tem a sua dignidade, tem as suas funções e não deve ser ultrapassada simplesmente por, ou impulso, ou vontade de fazer. Deve ser consultada nos termos da Lei e nos termos do Regimento. E também ao nível da Lei, nomeadamente do artigo 25, é essa a posição que querem aqui deixar presente e ficar também registada em ata. ----------

Senhora Deputada Beatriz Russo e Silva (CDU) independentemente dos esclarecimentos que foram dados aqui no início da sessão, considera importante não se "esvaziar" este debate. Como já foi dito e refletido pela presença deste ponto na ordem de trabalhos, a decisão de avançar para a remoção desta ciclovia, atropelando competências desta Assembleia, revelou um entusiasmo pouco responsável. Governar um concelho não é ceder ao impulso da manchete dos jornais. Exige tranquilidade cívica, respeito pela lei e estabilidade. Para a CDU é inequívoco que não esteve bem quem fez esta ciclovia apenas porque sim, sem a integrar numa rede articulada e coerente, deixando os ciclistas sem ligações seguras. Mas também está mal quem a retira. É também central um debate profundo, numa reflexão alargada e tida nos termos corretos, que envolva todos os eleitos e as populações sobre a Avenida da República, que considere todas as pessoas e veículos que nela circulam, que crie, proteja e dê vitalidade ao centro do concelho e ao comércio local. Num debate que deve incluir a reflexão sobre os atravessamentos, são estes os debates que queremos ter e é para estes debates que, e é para esses que contarão com a CDU. ----------

Senhor Deputado Helder Filipe Verdade da Silva Fontes (Livre) apontou uma pequena incoerência entre o que o senhor presidente da Câmara disse e o que está no seu programa eleitoral que foi sufragado pelos gaienses e no qual votaram legitimamente. O senhor Presidente da Câmara disse aqui que prometeu, durante a campanha eleitoral, que iria remover a ciclovia da Avenida da República, mas de facto, no seu programa eleitoral diz que quer ligar as ciclovias que estão na orla costeira com a ciclovia existente na Avenida da República. Penso que será difícil conectar duas coisas destruindo uma delas. Disse ainda, que fazer uma mudança e só depois cumprir os trâmites legais dessa mesma mudança, senhor Presidente, há muitas leis com as quais eu discordo, muitas delas eu desconheço, mas nada disso me obriga a deixar de as cumprir. Deveria primeiro ter vindo a esta Assembleia Municipal e posteriormente, caso tenha sido aprovada democraticamente, então sim, muito bem, façam a mudança. Respeito pelas instituições é fundamental em qualquer democracia. A democracia não se cinge apenas ao método de um cidadão, um voto, é o cumprimento devido das instituições. E por fim, algo político fundamental é que para o Livre, as ciclovias fazem parte da sua visão de cidade, fazem parte da sua visão de segurança, porque a segurança não é apenas ter mais elementos policiais nas ruas que, admitimos, eventualmente pode fazer sentido num caso ou noutro, segurança faz parte, por exemplo, de segurança rodoviária. Segurança nos nossos passeios, se nós

tivermos carros estacionados em cima dos passeios, que tipo de segurança é que temos a passar por eles? Que tipo de segurança é que tem alguém que, por exemplo, utiliza uma cadeira de rodas ou tem mobilidade reduzida? E, portanto, isto é também segurança. Outra coisa também que as ciclovias promovem é o comércio local. ----------

Senhora Deputada Ana Clara Nobre Durana (PSD) começou por aquilo que numa democracia ninguém pode ignorar a vontade do povo. Durante a campanha eleitoral, Menezes afirmou com total clareza que iria retirar a ciclovia da Avenida da República. Não foi dito a meia voz. Não foi escondido. Foi dito de frente, com clareza e responsabilidade. E a população validou essa decisão nas urnas. Mas falemos de factos, oficiais e inegáveis. Segundo o comunicado oficial da Câmara de 15 de maio de 2024, a Avenida da República ficou condicionada, a partir de 18 de maio, pelos trabalhos da ciclovia, traduzindo a obra começou antes de qualquer deliberação desta Assembleia Municipal, só em junho levaram a postura à reunião de Câmara e só em 18 de julho é chegou a esta Assembleia, quando a ciclovia já estava a ser construída. Isto sim, foi um atropelo à democracia, foi um improviso político disfarçado de virtudes. Não foi uma demolição, foi uma correção, correção que devolve lógica, fluidez e segurança ao coração da cidade. E, permitam-me esclarecer o essencial não somos contra ciclovias. Foi sob a liderança do Dr. Luís Filipe Menezes que Gaia ganhou mais quilómetros de ciclovias do que em qualquer outro período. Hoje, ao contrário do passado, o processo está aqui, com transparência e com documentos. Na certidão da reunião de 18 de novembro de 2025, ficou registada a anulação da postura de ciclovia por razões técnicas e de segurança e a 10 de novembro de 2025 o Presidente remeteu o processo para esta Assembleia para ratificação. -------

Senhor Deputado Diogo Filipe Prada da Silva (PS) nesta primeira intervenção, desejar a todos o melhor mandato possível em resultados para Vila Nova de Gaia. Relativamente a este assunto, e já foi várias vezes abordado aqui por outras intervenções que a questão da ciclovia e a forma como esta decisão foi tomada, é relevante, o processo quando foi iniciado, a criação da ciclovia, realmente teve este processo em que o próprio, ou a própria ciclovia, foi aprovada em reunião de Câmara, aprovada por maioria e, por unanimidade na Assembleia Municipal, significando que no processo de criação da ciclovia, garantiu o apoio de todas as bancadas presentes na Assembleia, principalmente pela questão da mobilidade, que é uma questão muito importante para a cidade e esse processo é importante, como foi aqui dito e bendito, nesse sentido foi feito esse compromisso eleitoral pela força que venceu as eleições e acho que tem toda a legitimidade de o fazer a partir do momento que que ganhou as eleições. Naturalmente, sempre cumprindo este processo de rigor, que se cumpriu no início da criação. E relativamente à questão, só mesmo um ponto final relativamente a um dos elementos que foram discutidos no momento inicial, com a intervenção do público, reparo que apesar de tudo, estes momentos de discussões, de posturas de trânsito podem ser fundamentais também nestes momentos. Discutir sabendo, reconhecendo como o nosso presidente da Câmara disse, refletiu sobre existir momentos em que existe a necessidade de o Presidente tomar iniciativas por questões como Protecção civil. Há também momentos como estes que uma simples postura, a postura municipal de trânsito é digna de debate, até mesmo popular, que as pessoas registaram aqui. E é nesse sentido, no centrar mais na forma que no próprio conteúdo que devemos agir.----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) nesta primeira intervenção, para dizer o seguinte, espera o voto favorável da CDU. Porque a CDU não se imiscui nestes pormenores e o que está em causa é um modelo de cidade. O modelo de cidade que apresentámos, que o Presidente da Câmara referiu e, que enquadra espaços verdes, enquadra ciclovias nos locais onde devem estar. É uma questão de reordenação. Portanto, conto com o seu voto favorável. De resto, não vale a pena insistir num processo que foi copiado pelo PS aquando da instalação dessa via. Não foram citados aqui documentos e datas. Termina, dizendo, "se nos ouvirmos uns aos outros, vamos ser com certeza mais eficazes. Conto com todos". ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes na sua intervenção, abordando a matéria de fundo que já foi abordada. É perfeitamente respeitável ser a favor ou ser contra a eliminação da ciclovia desta ou de outra qualquer. Contestou, nomeadamente a intervenção do senhor Deputado do Livre, sobre uma certa lição de moral sobre o cumprimento da lei, sou um escrupuloso cumpridor da lei, é Lei 190/94, que está em vigor no seu número três. Aliás, em conversa com o senhor Vereador João Paulo Correia, que me relembrou esta matéria, que começou a ser suscitada para poder ser abordada pelas Assembleias Municipais através de uma decisão de um Tribunal específico sobre um caso específico e, portanto, suscitou-se essa questão que não é por si só que faz jurisprudência. Muitos municípios, a maioria dos municípios, a partir de uma certa altura, começaram a ter esta prática, que do ponto de vista legal é discutível. A mim não me repugna rigorosamente nada que a esmagadora maioria das posturas venham à Assembleia Municipal, a esmagadora maioria das posturas não são matérias de emergência. ~~N~~a dúvida e sendo suscitada a dúvida, não me repugna nada que ela venha à Assembleia Municipal. É perfeitamente legítimo que o LIVRE ou outros partidos têm ideias diferentes em matérias deste género. O compromisso é que trarei aqui todas as posturas que não sejam posturas urgentes, nem que proponham uma decisão que tenha a ver com a segurança pública no imediato. Agora, que fique claro que não houve nem precipitação nem a vontade de ultrapassar a lei. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apenas para um pequeno detalhe, o grupo municipal da IL, pugna pela transparência e pelo rigor, não podendo deixar de referir que o Dec/Lei 190/94 de 18 de julho, encontra-se revogado, é o que diz em Diário da Repúblico, desconhece se é parcial, senhor Presidente, mas não podiam deixar aqui de o mencionar. ----------

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia focou o facto de várias pessoas terem mencionado aqui a competência da Assembleia Municipal, como seu Presidente, não sentiu ter sido ferida a competência da Assembleia Municipal, pois é o que se chama em Direito uma "questão discutível". Qualquer que seja a interpretação feita da legislação, a regulação do trânsito não é matéria deliberativa, é uma matéria substantivamente executiva, trata-se de mais uma competência que não deveria ser das Assembleias Municipais. É evidente, que o executivo é que tem o conhecimento para fazer a ordenação do trânsito, e a forma como deve ser regulado. Não tendo estudado a questão a fundo, até poderá ter uma opinião que vá de encontro ao que foi defendido pelo senhor Deputado do LIVRE e do grupo municipal do IL. A matéria de regulação do trânsito, é matéria administrativa por natureza, não é uma matéria deliberativa. A terminar, disse que se sentisse que a Câmara

Municipal de alguma forma "atropelou" as competências da Assembleia Municipal, podiam ter a certeza, qua apesar da admiração que tem pelo Presidente da Câmara Municipal, não deixaria de defender as competências da Assembleia Municipal, até por lhe parecer estranho, as posturas municipais estarem nas competências das Assembleias Municipais. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes apenas para elucidar o senhor Deputado do grupo municipal da IL, aquilo que foi revogado, foi um equívoco político, a revogação aponta para a 86/98, que curiosamente fala, durante 30 páginas da reformulação e renovação das cartas de condução, não tem nada a ver com as posturas municipais. Mais tarde o Conselho Consultivo do Ministério Público veio dizer que essa Lei não tinha sido tocada nem revogada. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) apenas mais um esclarecimento ao que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, o Dec./Lei que referiu não trata apenas posturas municipais, regulamenta igualmente o Código da Estrada. O Diário da República, diz, expressamente a vermelho, que está revogado. ----------

Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes respondeu ao senhor deputado ter ficado esclarecido e não ter falado no Dec/Lei 86/98. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o <u>Ponto 3.3.</u> ----------

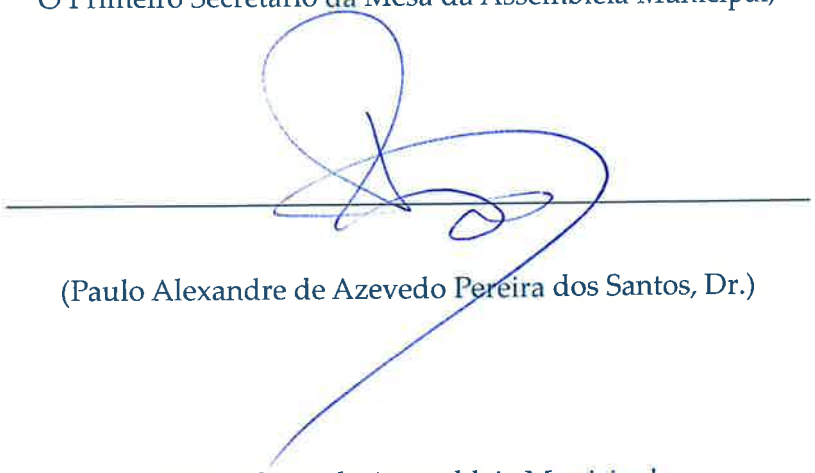
<u>Votação:</u> Aprovado por Maioria, com 32 votos a favor (23 do Grupo Municipal do PSD, 04 do CH, 02 da IL e 03 do CDS-PP), e 24 votos contra (22 do Grupo Municipal do PS, 01 da CDU e 01 do LIVRE).----------

O Senhor Deputado Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto, pediu escusa na presente votação da Ordem de Trabalhos. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, leu e deu como aprovada a Minuta de Ata, conforme documento em anexo **(vide anexo 7)** ----------

Não havendo mais a tratar, o presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos, pelas **00 horas e 48 minutos**, do dia **22 de novembro de 2025**, sendo lavrada a presente ata, e que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo, o Primeiro Secretário da Mesa e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.----------

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal,



(Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, Dr.)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel, Dr.)

(1)

Outlook

A/c: Presidente Dr. Luís Filipe Menezes e a/ c Presidente da Assembleia Municipal Dr.Paulo Rangel

De Liliana Neves <liliananeves7@gmail.com> PÚBLICO 924926748
Data qui, 20/11/2025 22:12
Para Núcleo de Apoio Assembleia Municipal <naam@cm-gaia.pt>

confirmar inscrição e Remeter email P.C.

5 anexos (12 MB)
1000002896.jpg; 1000002902.jpg; 1000017055.jpg; 1000017054.jpg; 1000017057.jpg;

You don't often get email from liliananeves7@gmail.com. Learn why this is important

AVISO: Este email tem origem num remetente externo. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Exmo. Presidente Dr. Luís Filipe Menezes,

Em primeiro lugar, queria voltar, a felicitar mais uma fez, pela sua vitória (já tinha feito no Instagram).

A vitória conseguida com a sua ajuda do Fábio Pinto , aqui em Oliveira do Douro, finalmente conseguimos a Liberdade. Soube depois que voltou novamente cá (eu ouviu no sábado, dia da apresentação da candidatura do Fábio em frente as habitações D. Manuel), infelizmente não soube, sou sincera ia ter consigo, se podia ver a minha casa, pois até ao momento, não consegui uma habitação, devido a minha estar cada vais mais a degradar se e ter me caido parte do teto do wc e ter a minha mãe com incapacidade de 80% definitiva.

Por essa razão venho por este meio solicitar a sua ajuda no âmbito da minha candidatura a uma habitação, sendo eu a candidata nº **383**.

A situação em casa tem-se agravado, colocando em risco a minha segurança e, sobretudo, a da minha mãe, que é **pessoa com mobilidade reduzida**. Em anexo envio o **atestado de incapacidade permanente de 80%**, bem como **relatórios médicos** e **fotografias do teto da casa de banho que caiu**.

Além disso, a casa está a **rachar por fora** e até o **quadro elétrico encontra-se solto**, o que representa um perigo sério.

Tenho vivido com muita preocupação, venho apelar à sua sensibilidade para o nosso caso. **Sou sozinha com a minha mãe**, e infelizmente perdemos o meu pai recentemente devido a uma paragem cardiorrespiratória. Esta perda agravou ainda mais a nossa situação.

Apesar de estar **efetiva no meu trabalho no Hospital São João**, não consigo suportar os preços praticados no mercado de arrendamento. Já me pediram **1000€ por um T1**, o que está completamente fora das minhas possibilidades.

Peço humildemente que considere este apelo. Só desejo ter uma casa segura e digna para viver com a minha mãe, sem medo de que algo aconteça.

Agradeço desde já a sua atenção e compreensão.

Com os melhores cumprimentos,
Liliana Andreia Borges Neves
Candidata nº 383

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º

Atestado Médico de Incapacidade Multiuso

ARS: Norte
ACES: Unidade de Saúde Pública de Gaia
JM n.º: 3.º
Reg n.º: 1314/2025

Junta Médica

Presidente: Dr. Angélica Maria Borges Gouveia

Utente

Nome: ARMANDA PINTO BORGES
Residência: RUA Dona Maria da Costa Basto 267 Código Postal: 4430-381
Oliveira do Douro Vila Nova de Gaia Porto
Data de Nascimento: 16/11/1950 NIF: 146868979
BI/CC/Passaporte n.º: 5910796 Cartão Residência n.º: __/__/__

Avaliação da Incapacidade

TNI
Anexo I aprovado pelo DL nº 352/2007, de 23/10

Atesto que, de acordo com a TNI - Anexo I, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro, o utente é portador de deficiência que, nesta data e conforme o quadro seguinte, lhe confere uma incapacidade permanente global de: ——————

- 80 % - (oitenta por cento),

suscetível de variação futura, devendo ser reavaliado no ano de _____

Capítulo	Número	Alínea	Coeficiente	Ponderação	Ponderação
III	2.1.2.2	b)	0.8	1	0,8

Grau de Incapacidade: 0,800

DL n.º 202/96 (c/ a redacção do DL n.º 291/2009, de 12/10 (Artigo 4.º nº 7))

Declaro que o utente é portador de deficiência, que de acordo com os documentos arquivados neste serviço lhe conferiram em __/__/_____ pela TNI aprovada pelo Decreto-Lei n.º ____/____ de _____ o grau de incapacidade de: ——————

□□□ % - ( ).

Declaração de cessação

Lei n.º 23-A/2007, de 28/06

GRAU: □□□ % - ( )
NATUREZA (art. 85º n.º 1 al. b); c) d))
Aptidão para condução: ——————

DL n.º [illegible] de 19 Fev c/ red. do DL n.º [illegible] de 03 Out

GRAU: □□□ % - ( ).
NATUREZA (art. 4º n.º 1 als. a), b), d))

Data: 2025

Obs.

Assinatura do Presidente da Junta Médica: [signature]

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE GAIA E ESPINHO
JUNTAS MÉDICAS DE AVALIAÇÃO DE INCAPACIDADE

Data: 01 / 10 / 2025









CDS-PP

GRUPO MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GAIA

ANEXO N.º 2

INTERVENÇÃO POLÍTICA – 21/11/2025

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal, e restantes membros da mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gaia

Exmas. e Exmos Vereadores

Exmas. e Exmos. Deputados Municipais

Estimado Público e Imprensa

Digníssimos Funcionários Municipais e forças de segurança

Caros Amigos,

Como devem imaginar, fiquei muito feliz com os resultados eleitorais em Vila Nova de Gaia no passado dia 12/10/2025. Quero por isso:

1. Parabenizar todos os gaienses que nesse dia determinaram um novo rumo para Vila Nova de Gaia.

   Só desejo que seja um rumo de progresso, de desenvolvimento, de prosperidade e sucesso para todos.

2. Parabenizar os novos eleitos e os reeleitos, a começar pelo novo executivo.

Obrigado Dr. Menezes por nos resgatar do marasmo ao som de uma música alucinogénica com letra repleta de conversa fiada.

Tal como vimos na sua tomada de posse, genica e vontade de fazer não faltam, por isso, vamos fazer, vamos à obra!

Revejo-me por completo em tudo que disse, e na sua intervenção re-veem-se muitos gaienses, cuja voz era sistematicamente abafada.

3. Parabenizar todos os presidentes de junta de freguesia eleitos, a quem desejo mandatos de sucesso e que sejam contagiados pela vontade de fazer mais e discutir menos.

   Aqui, peço perdão, mas tenho que dar uma palavra especial e um grande abraço ao António Pinto, que tenho o privilégio de conhecer e partilhar uma amizade há muitos anos.

   Para além da amizade, partilhamos também muitas ideias, os nossos valores e princípios.

4. Parabenizar todos os deputados municipais.

   Desejar que muitos de nós recuperem o gosto em participar nas nossas sessões.

Espero e desejo que nesta casa, se volte a respeitar quem pensa diferente da maioria, e que todos debatam com qualidade e urbanidade, e que da nossa diferença surjam muitas e muitas ideias que contribuam para o nosso sucesso em Gaia, pois o sucesso deste novo executivo será o sucesso de todos os gaienses.

Foi o que desejei antes e é o que agora desejo.

5. Quero também dizer claramente, que nestas eleições, os gaienses valorizaram mais o Ativo do que o Passivo.

   Atrevo-me até a dizer, que a maioria dos gaienses considera, tal como eu, que tanto falar do passivo sem falar no ativo e nos fundos próprios é só e simplesmente desonestidade intelectual.

6. Claramente valorizaram mais também, um discurso de futuro e de progresso em contraste com um discurso do passado, vitimizado e repleto de desculpas, típico de quem nada faz, nem nada fez de relevante, não obstante de ter tido disponível o dobro do dinheiro que tivemos no maior ciclo de desenvolvimento deste concelho.

7. Termino assim, desejando a todos um bom mandato, e que esta casa recupere o bom ambiente que sempre teve, livre de insolências, insultos e desconsiderações, por quem se julga no direito de agredir quem pensa diferente só porque um dia teve a maioria.

   As maiorias são-nos "emprestadas" pelo povo, por isso temos sempre de o respeitar, com o nosso trabalho pelo concelho, e pela educação e urbanidade no debate.

   Quando nos emprestam a maioria podemos usá-la para trabalhar e desenvolver o nosso município, como sempre fizemos, ou podemos passar o tempo todo a criticar quem fez e a desculpar-nos com isso os nossos in conseguimentos.

Termino, desejando um bom mandato a todos, e com o melhor espírito de lealdade institucional, que tanto reclamei nos últimos anos, gostaria também de agradecer o trabalho dos antecessores a este executivo municipal.

Fizeram o que podiam e o que sabiam, o que tem de ser respeitado.

Vila Nova de Gaia, 21 de novembro de 2025

O Deputado Municipal e

Líder do Grupo Municipal do CDS-PP na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Luís Miguel Nogueira

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 3

PAOD - Proposta de Recomendação

Exigir ao operador da rede UNIR que cumpra os horários e serviços com qualidade e preparar o caminho para que a STCP assuma a operação em Vila Nova de Gaia

Após anos de preparação e meses de adiamento, a rede metropolitana de transporte rodoviário (UNIR) está em funcionamento desde Dezembro de 2023.

Numa fase inicial de operação, se ninguém duvidava que o serviço teria alguns problemas, a realidade superou muito as piores expectativas: carreiras suprimidas, percursos alterados, horários modificados ou suprimidos, ausência de informação, tempos de espera que chegaram às 2 horas, utentes forçados a recorrer ao serviço de táxi ou ao transporte pessoal, motoristas com jornadas de trabalho de 12 horas e sem formação adequada ao serviço.

Alguns apressaram-se a justificar os problemas com a complexidade de implementação do serviço, garantindo que com brevidade tudo seria normalizado.

Mas a verdade é que a situação comprovou não só uma inegável impreparação e incompetência da Área Metropolitana do Porto, mas também uma real incapacidade das Câmaras Municipais intervirem no processo, com consequências sérias na vida de centenas de milhares de utentes que viram as suas vidas infernizadas.

Quase dois anos depois da entrada em funcionamento da rede UNIR – e já com pleno funcionamento da empresa metropolitana de transportes, a TMP, criada para gerir a operação e resolver os problemas – é inegável que a Área Metropolitana do Porto e a população do concelho de Vila Nova de Gaia continua sem um serviço ao nível do que foi anunciado.

O operador responsável pelo transporte de passageiros no nosso concelho continua sem cumprir o caderno de encargos. Não há uma única paragem com informação dos horários, sucedem-se os relatos de horários e serviços não cumpridos, continuamos a ter autocarros sem o conforto previsto.

No plano metropolitano falta ainda um sistema eficaz de controlo e monitorização da operação e não há capacidade de impor o cumprimento do contrato.

Toda esta situação comprova que, tal como a CDU alertou desde a primeira hora, foi errada a opção por recorrer a operadores privados em vez de trabalhar no alargamento progressivo da STCP.

Reconhecemos que há um contrato de concessão estabelecido até Dezembro de 2030, mas não aceitamos que esta situação se arraste por mais 5 anos.

Em simultâneo, entendemos que é altura de preparar o futuro do transporte rodoviário de passageiros no nosso concelho, assumindo o objectivo de garantir um serviço fiável, confortável e capaz de servir com qualidade a população de Vila Nova de Gaia.

Assim, nos termos da Lei e do Regimento, **a CDU propõe à Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia que Recomende à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia:**

1) **Que intervenha junto da Área Metropolitana do Porto e da TMP para que tomem com urgência as medidas necessárias para fazer o operador da rede UNIR que serve o nosso concelho cumprir o estipulado no caderno de encargos e, entre outras matérias, assegure a colocação de informação sobre carreiras e horários em todas as paragens, cumpra com os serviços e horários previstos, garanta uma frota de autocarros com os níveis de conforto e respeito ambiental de acordo com o estipulado;**

2) **Tome as medidas necessárias para garantir que após o término do contrato de concessão em vigor (Dezembro de 2030), seja a STCP a assumir a totalidade do serviço rodoviário de passageiros no concelho de Vila Nova de Gaia.**

2025.11.21

Pel'A CDU,

Beatriz Russo e Silva

(Beatriz Russo e Silva)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

PAOD - Moção

Pela rejeição do "Pacote Laboral" do Governo

e em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos salários e da dignidade profissional

Considerando que:

1. O Governo anunciou recentemente um conjunto de medidas legislativas, designado por "Pacote Laboral", que configura uma violenta agressão aos direitos fundamentais de quem trabalha, constituindo uma verdadeira "declaração de guerra" aos trabalhadores e às suas famílias;
2. Estas medidas, alinhadas com os interesses do grande capital, visam perpetuar uma política de baixos salários, utilizando estratagemas como o pagamento de subsídios em duodécimos para criar uma ilusão de rendimento, enquanto se recusam aumentos salariais reais e se promove a desvalorização das carreiras;
3. A proposta apresentada agrava a precariedade laboral, facilitando o recurso a contratos a termo, o *outsourcing* e o trabalho temporário, criando uma maior instabilidade na vida dos cidadãos de Gaia, impedindo-os de planear o seu futuro com segurança;
4. É particularmente grave a intenção de facilitar o despedimento individual, permitindo que, mesmo sem justa causa comprovada em tribunal, o empregador possa impedir a readmissão do trabalhador, fragilizando brutalmente a proteção no emprego;
5. O pacote ataca frontalmente a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, ao desregular ainda mais os horários (banco de horas), visando o trabalho não pago e retirando direitos fundamentais a pais e mães, incluindo limitações ao direito de amamentação e a possibilidade de forçar trabalhadores com filhos menores a trabalhar à noite, feriados e fins de semana;
6. Estão em causa ataques aos direitos coletivos, nomeadamente a manutenção da caducidade da contratação coletiva e as limitações ao direito à greve e à atividade sindical nas empresas, pilares fundamentais da nossa democracia;

7. Vila Nova de Gaia é um concelho onde vivem e trabalham milhares de pessoas que serão diretamente atingidas por este retrocesso civilizacional, sofrendo na pele a degradação das condições de vida, a redução do poder de compra e a instabilidade familiar.

Assim, a CDU propõe que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária em 21 de Novembro de 2025, delibere:

- Manifestar a sua total rejeição do "Pacote Laboral" apresentado pelo Governo, por considerar que este promove a exploração, ataca a dignidade do trabalho, e empobrece o país e o concelho;
- Exigir a valorização do trabalho e dos trabalhadores, reclamando o aumento geral dos salários, o combate efetivo à precariedade, a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, e o respeito integral pelos direitos de maternidade e paternidade;
- Expressar a sua solidariedade com todos os trabalhadores e as suas estruturas representativas que lutam contra estas medidas lesivas;
- Em caso de aprovação, mais delibera enviar a presente moção para:
    - Sua Excelência o Presidente da República;
    - Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República;
    - Sua Excelência o Primeiro-Ministro;
    - Aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
    - Às Confederações Sindicais
    - À Comunicação Social

2025.11.21

Pel'A CDU,

Beatriz Russo e Silva

(Beatriz Russo e Silva)

LIVRE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 5

VOTO DE RECOMENDAÇÃO
LINHA DE ALTA VELOCIDADE EM VILA NOVA DE GAIA

Exposição de motivos

A ferrovia em Portugal, durante décadas, foi preterida por outras soluções de mobilidade menos sustentáveis e eficazes, como o transporte rodoviário individual, o que resultou em desinvestimento sucessivo e num fenómeno de reforço mútuo entre uma oferta não digna e uma procura cada vez menor. Nos últimos anos, temos visto uma mudança de paradigma em que a ferrovia volta a estar nos principais projectos para o desenvolvimento do país. No seguimento desta alteração, a linha de alta velocidade (LAV), projecto há muito adiado no país, voltou a estar em cima da mesa.

A LAV terá impacto em todo o país, com ganhos económicos, sociais, políticos e de coesão significativos. Vila Nova de Gaia, com uma estação da LAV prevista, não será imune a tais fenómenos, podendo utilizar a sua estação como elemento potenciador do crescimento e agregador de comunidades.

O LIVRE considera que Santo Ovídio é o único local que assegura condições adequadas para a concretização da LAV em Vila Nova de Gaia, pois é aí que é garantida a verdadeira intermodalidade que Vila Nova de Gaia precisa. Com a futura concretização da linha Rubi, Santo Ovídio passará a dispor de duas linhas de metro, além de uma rede alargada de autocarros urbanos e intermunicipais, que asseguram capilaridade de transportes para todo o concelho. Aliás, a sua inclusão directa na malha urbana permite o potenciar do crescimento económico decorrente da instalação da estação.

É, por isso, que o LIVRE acompanha com muita preocupação a proposta de alteração ao traçado da Linha de Alta Velocidade (LAV) em Vila Nova de Gaia pelo consórcio AVAN Norte, que inclui a deslocalização da estação prevista de Santo Ovídio para Vilar do Paraíso e a construção de duas novas pontes sobre o Rio Douro em vez de uma.

Esta nova proposta constitui um desfasamento significativo face ao caderno de encargos do concurso ao qual o consórcio concorreu e venceu. A transferência da estação prevista de Santo Ovídio para a zona de Vilar do Paraíso, bem como a indicação da construção de duas novas pontes, não podem ser vistas, sob nenhum prisma, como meras otimizações técnicas pois são, antes, alterações substanciais que comprometem a coerência, transparência e a própria viabilidade global do investimento.

O plano alternativo proposto pelo consórcio consubstancia, ainda, o aumento do percurso à superfície e a construção de duas novas pontes, uma solução que aumenta significativamente as expropriações necessárias, destruindo comunidades e laços sociais e urbanos, e com um impacto ecológico superior. Além disso, a alteração da estação afetará significativamente o tecido industrial e económico existente, deixando, potencialmente, centenas de empregos em risco.

O LIVRE considera que este processo foi feito ao arrepio de tudo o que se exige de um projecto público verdadeiramente transformador. A participação dos cidadãos foi manifestamente insuficiente, faltou transparência na forma como as decisões foram estruturadas e, como defenderá qualquer posição política responsável, não se podem propor alterações substanciais ao caderno de encargos com prejuízo das populações e dos legítimos interesses de trabalhadores, empresários e famílias.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia exorta a Câmara Municipal a:

1. Clarificar a posição do Executivo quanto à localização da estação da LAV.

2. Pugnar pelo cumprimento do caderno de encargos que foi a concurso, nos termos em que foi adjudicado, cumprindo assim a lei, as expectativas dos Gaienses e contribuindo, desta forma, para a efetiva resolução dos problemas de mobilidade do Município.

3. Que, doravante, o processo seja gerido de forma mais responsável, rigorosa e transparente por parte das entidades responsáveis, envolvendo a participação dos órgãos municipais, mas também das populações, associações e empresas potencialmente afectadas.

18 de novembro de 2025

O deputado municipal,
Hélder Verdade Fontes

GAIA PSD
GRUPO PARLAMENTAR
Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 6

MOÇÃO

Defesa da Manutenção de Valências nos Serviços de Pediatria e Neonatologia e no Serviço de Cirurgia Pediátrica da Unidade Local de Saúde de Gaia e Espinho (ULSGE)

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em sessão ordinária no dia 21 de novembro de 2025, deliberando no uso das suas competências regimentais e legais, e considerando o papel constitucional dos órgãos autárquicos na defesa dos direitos e interesses das populações locais, vem propor a seguinte moção:

Considerando que:

1. As valências de Neonatologia, Pediatria e Cirurgia Pediátrica da ULS de Gaia e Espinho constituem um serviço clínico essencial na prestação de cuidados materno-infantis de elevada diferenciação. Garantem uma resposta imediata, segura e especializada a recém-nascidos e crianças em situação de vulnerabilidade, servindo não apenas o nosso concelho, mas afirmando-se também como serviços de referência para toda a área a sul do Douro.

2. Vila Nova de Gaia é o terceiro maior concelho do país, com elevada natalidade e forte pressão demográfica, constituindo-se como inequívoca a necessidade de manutenção de serviços hospitalares de proximidade plenamente funcionais.

3. A eventual desvalorização ou eliminação de valências neste âmbito constituiria um retrocesso grave na capacidade assistencial da ULS de Gaia e Espinho, comprometendo a equidade territorial no acesso à saúde e expondo bebés, crianças e respetivas famílias a riscos desnecessários.

4. O Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, Dr. Luís Filipe Menezes, assumiu publicamente, nas redes sociais e na comunicação social, uma posição firme e inequívoca contra qualquer proposta que diminua valências do Hospital de Gaia, afirmando:

- Que está em discussão uma proposta que "desvaloriza valências dos hospitais de Gaia, Santa Maria da Feira e Matosinhos";
- Que tal possibilidade é "inaceitável e vergonhosa" e terá a "dura oposição" do Município;
- E que considera "intolerável qualquer recuo" nas valências da ULS de Gaia e Espinho, devendo antes pugnar-se pelo seu reforço e valorização.

5. As declarações públicas do Presidente da Câmara reforçam a necessidade de mobilização institucional e de unidade dos órgãos autárquicos de Vila Nova de Gaia, perante decisões centrais que possam fragilizar serviços essenciais à população.

6. É dever do poder local defender os seus cidadãos e exigir do Governo e das entidades de saúde esclarecimentos rigorosos, transparência decisória e respeito pela dimensão e importância estratégica do nosso concelho.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, propõe:

1. Rejeitar firmemente qualquer tentativa de desvalorização, desclassificação ou eliminação de valências no domínio da Neonatologia, Pediatria ou Cirurgia Pediátrica na ULS de Gaia e Espinho.

2. Manifestar total apoio às posições públicas assumidas pelo Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, na defesa intransigente dos interesses dos gaienses.

3. Apelar ao Governo da República e à Ministra da Saúde para que esclareçam quais as intenções relativamente às valências de Neonatologia, Pediatria e Cirurgia Pediátrica da ULS de Gaia e Espinho.

4. Exigir que qualquer processo de reorganização da rede de cuidados materno-infantis assegure, em Vila Nova de Gaia, a manutenção — e preferencialmente o reforço — das valências já existentes.

5. Enviar a presente moção ao Ministério da Saúde, ao Conselho de Administração da ULS de Gaia e Espinho, ao Presidente da República, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Comunicação Social.

Vila Nova de Gaia, 21 de novembro de 2025

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 7

CDS-PP

GRUPO MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" (PAOD)

INTERVENÇÃO POLÍTICA SOBRE O 50º ANIVERSÁRIO DO 25/11/1975

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal, e restantes membros da mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gaia

Exmas. e Exmos. Vereadores

Exmas. e Exmos. Deputados Municipais

Estimado Público e Imprensa

Digníssimos Funcionários Municipais e forças de segurança

Caros Amigos,

No próximo dia 25 de novembro de 2025 comemoram-se 50 anos desta data tão importante para a liberdade e a democracia no nosso país.

Sem prescindir de na próxima assembleia apresentarmos um voto de congratulação sobre a passagem desta data, gostaria de vos deixar algumas palavras bem demonstrativas das razões que nos levam a lembrar esta data, sempre, todos os anos, desde 1975.

O dia 25 de novembro tem de ser recordado e celebrado por todos aqueles que prezam e amam a liberdade e a democracia, pois ambas, a 24 de novembro de 1975, estavam ameaçadas.

Citando Ramalho Eanes:

"O esquecimento do 25 de novembro não ajuda a democracia"

"Esta foi a data em que a democracia se consolidou"

"Esta data deve ser celebrada, tal como acontece com o 25 de abril, não o tendo sido até hoje"

A mim, pessoalmente, incomoda-me a tentativa de usurpação do "25 de abril" por muitos daqueles que se fartam de dar loas à liberdade, pelos menos uma vez por ano, mas que se calhar, até preferiam outro tipo de ditadura no pós 25 de abril.

Por muitos, que à data, até defendiam que depois do 25 de abril precisávamos de outro 25, para poderem impor uma nova ditadura em Portugal, a bem ou a mal.

Dão loas à liberdade, acham-se os donos do 25 de abril, mas acreditavam à data, e se calhar ainda acreditam hoje, que Portugal estaria bem melhor se a insurreição popular armada tivesse triunfado.

Meus caros, a 24 de novembro de 1975, Portugal não era um país democrático e muito menos era um país livre.

A ausência de ordem e autoridade permitiu que alguns radicais armados praticassem o terror e promovessem detenções indiscriminadas e infundadas, apenas porque sim, ou porque os alvos seriam incómodos a quem queria uma ditadura de extrema-esquerda em Portugal.

Até ao dia 25 de novembro de 1975, no período do PREC (Processo Revolucionário em Curso), o comandante da COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho, emitia ordens de captura "em branco", que distribuía pelos seus "operacionais", para executarem a seu bel-prazer, apenas e só pela prática dos supostos crimes de "insubordinação" e "coligação", seja lá o que isso era.
Neste sentido, e após estas atrocidades à liberdade, a 25 de novembro de 1975, existiam mais presos políticos em Portugal que em 25 de abril de 1974.

Estes factos são propositadamente esquecidos por muitos daqueles que se acham os donos do 25 de abril e os guardiões da liberdade.

Pois bem, para mim, e para o CDS-PP, a liberdade é como o Sol, quando nasce, é para todos!
Não é só para os que pensam como eu, É PARA TODOS!

Antes de terminar, gostaria de agradecer, na pessoa de Ramalho Eanes, a todos que participaram nas operações do 25 de novembro de 1975, evitando assim uma eventual guerra civil e assegurando o triunfo da liberdade e da democracia em Portugal.
Quero ainda homenagear os homens que deram a sua vida a 26 de novembro de 1975, na defesa da liberdade e do seu país.

Que este país nunca esqueça o nome destes dois comandos, o tenente José Coimbra e o furriel Joaquim Pires.

Face ao condicionamento de tempo, ficam estas palavras que dedico a todos os portugueses que são democratas, que respeitam quem pensa diferente, que são livres e respeitam a liberdade dos outros, mesmo que pensem diferente.

São estes os valores estes que eu professo e partilho, mas que não existiriam em Portugal se o 25 de novembro de 1975 não tivesse acontecido.

Vila Nova de Gaia, 21 de novembro de 2025

O Deputado Municipal e Líder do Grupo Municipal do CDS-PP

na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Luís Miguel Nogueira

CDS-PP

GRUPO MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" (PAOD)

INTERVENÇÃO POLÍTICA SOBRE O 50º ANIVERSÁRIO DO 25/11/1975

Exmo. Senhor

Presidente da Assembleia Municipal, e restantes membros da mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Gaia

Exmas. e Exmos. Vereadores

Exmas. e Exmos. Deputados Municipais

Estimado Público e Imprensa

Digníssimos Funcionários Municipais e forças de segurança

Caros Amigos,

No próximo dia 25 de novembro de 2025 comemoram-se 50 anos desta data tão importante para a liberdade e a democracia no nosso país.

Sem prescindir de na próxima assembleia apresentarmos um voto de congratulação sobre a passagem desta data, gostaria de vos deixar algumas palavras bem demonstrativas das razões que nos levam a lembrar esta data, sempre, todos os anos, desde 1975.

O dia 25 de novembro tem de ser recordado e celebrado por todos aqueles que prezam e amam a liberdade e a democracia, pois ambas, a 24 de novembro de 1975, estavam ameaçadas.

Citando Ramalho Eanes:

"O esquecimento do 25 de novembro não ajuda a democracia"

"Esta foi a data em que a democracia se consolidou"

"Esta data deve ser celebrada, tal como acontece com o 25 de abril, não o tendo sido até hoje"

A mim, pessoalmente, incomoda-me a tentativa de usurpação do "25 de abril" por muitos daqueles que se fartam de dar loas à liberdade, pelos menos uma vez por ano, mas que se calhar, até preferiam outro tipo de ditadura no pós 25 de abril.

Por muitos, que à data, até defendiam que depois do 25 de abril precisávamos de outro 25, para poderem impor uma nova ditadura em Portugal, a bem ou a mal.

Dão loas à liberdade, acham-se os donos do 25 de abril, mas acreditavam à data, e se calhar ainda acreditam hoje, que Portugal estaria bem melhor se a insurreição popular armada tivesse triunfado.

Meus caros, a 24 de novembro de 1975, Portugal não era um país democrático e muito menos era um país livre.

A ausência de ordem e autoridade permitiu que alguns radicais armados praticassem o terror e promovessem detenções indiscriminadas e infundadas, apenas porque sim, ou porque os alvos seriam incómodos a quem queria uma ditadura de extrema-esquerda em Portugal.

Até ao dia 25 de novembro de 1975, no período do PREC (Processo Revolucionário em Curso), o comandante da COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho, emitia ordens de captura "em branco", que distribuía pelos seus "operacionais", para executarem a seu bel-prazer, apenas e só pela prática dos supostos crimes de "insubordinação" e "coligação", seja lá o que isso era.
Neste sentido, e após estas atrocidades à liberdade, a 25 de novembro de 1975, existiam mais presos políticos em Portugal que em 25 de abril de 1974.

Estes factos são propositadamente esquecidos por muitos daqueles que se acham os donos do 25 de abril e os guardiões da liberdade.

Pois bem, para mim, e para o CDS-PP, a liberdade é como o Sol, quando nasce, é para todos!
Não é só para os que pensam como eu, É PARA TODOS!

Antes de terminar, gostaria de agradecer, na pessoa de Ramalho Eanes, a todos que participaram nas operações do 25 de novembro de 1975, evitando assim uma eventual guerra civil e assegurando o triunfo da liberdade e da democracia em Portugal.
Quero ainda homenagear os homens que deram a sua vida a 26 de novembro de 1975, na defesa da liberdade e do seu país.

Que este país nunca esqueça o nome destes dois comandos, o tenente José Coimbra e o furriel Joaquim Pires.

Face ao condicionamento de tempo, ficam estas palavras que dedico a todos os portugueses que são democratas, que respeitam quem pensa diferente, que são livres e respeitam a liberdade dos outros, mesmo que pensem diferente.

São estes os valores estes que eu professo e partilho, mas que não existiriam em Portugal se o 25 de novembro de 1975 não tivesse acontecido.

Vila Nova de Gaia, 21 de novembro de 2025

O Deputado Municipal e Líder do Grupo Municipal do CDS-PP

na Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia

Luís Miguel Nogueira

Outlook

(Sem assunto)

De Marisa Fontes <cmarisa.psd@gmail.com>
Data sex, 2025-11-21 13:34
Para Núcleo de Apoio Assembleia Municipal <naam@cm-gaia.pt>
Cc ana.durana@hotmail.com <ana.durana@hotmail.com>; presidente@jf-guilpilhares.pt <presidente@jf-guilpilhares.pt>; sergio.baptista@jf-seixezelo.pt <sergio.baptista@jf-seixezelo.pt>

AVISO: Este email tem origem num remetente externo. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e saiba que o seu conteúdo é seguro.

Caros colegas,
A líder do grupo parlamentar do PSD, Dra. Ana Durana, incumbiu-me de vos informar que foi eleito o representante das freguesias de vila nova de gaia no congresso da ANNP.
O presidente de junta escolhido foi o Sr. Aldredo Rocha, presidente das freguesias de Gulpilhares e Valadares, ficando como seu suplente o Sr. Sérgio Baptista, presidente de junta de Freguesia de Seixezelo.

Com os melhores cumpeimentos,
--
Marisa Fontes

Gabinete de Apoio à Vereação do PSD

Rua Álvares Cabral 4400-017 V. N. Gaia

Tel. +351 22 374 24 92/93

cmarisa.psd@gmail.com

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 8

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MINUTA DE ATA Nº 02

Reunião Ordinária de 21.11.2025

Ao vigésimo primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. Foram, no Período de Antes da Ordem do Dia, votados os seguintes documentos:

a) Foi uma, **Proposta de Recomendação**, apresentada pela Deputada Única da CDU, "Exigir ao operador da rede UNIR que cumpra os horários e serviços com qualidade e preparar o caminho para que a STCP assuma a operação em Vila Nova de Gaia", **Rejeitada**, com 30 votos contra (23 do Grupo Municipal do PSD, 04 do CH e 03 do CDS-PP), 25 abstenções (22 do Grupo Municipal do PS e 03 da IL) e 02 votos a favor do (01 da CDU e 01 do LIVRE). ----------

b) Foi uma, **Moção** apresentada pela Deputada Única da CDU, "Pela rejeição do Pacote Laboral do Governo e em defesa dos direitos dos trabalhadores, dos salários e da dignidade profissional", **Rejeitada**, com 33 votos contra (23 do Grupo Municipal do PSD, 04 do CH, 03 da IL e 03 do CDS-PP) e 24 votos a favor (22 do Grupo Municipal do PS, 01 da CDU e 01 do LIVRE). ----------

c) Foi um, **Voto de Recomendação**, apresentado pelo Deputado Único do LIVRE "Linha de Alta Velocidade em Vila Nova de Gaia", **Rejeitada**, com 23 votos contra do Grupo Municipal do PSD, 29 abstenções (22 do Grupo Municipal do PS, 04 do CH, e 03 do CDS-PP) e 05 votos a favor (03 da IL, 01 da CDU e 01 do LIVRE). ----

d) Foi uma, **Moção**, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, "Defesa da Manutenção de Valências nos Serviços de Pediatria e Neonatologia e no Serviço de Cirurgia Pediátrica da Unidade Local de Saúde de Gaia e Espinho (ULSGE)", **aprovado por Unanimidade.** ----------

2. No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações: ---------

a) **Foi o Ponto 3.1. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Ata nº 1 de 04 de novembro de 2025", **aprovado por Unanimidade**. ----------

b) **Foi Realizada a** "Eleição de Presidente de Junta de Freguesia e seu Substituto, para efeitos de representação das freguesias de Vila Nova de Gaia no XXVII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a realizar-se nos dias 13 e 14 de Dezembro, no Centro Cultural de Viana do Castelo". ----------

Aprovada a Lista A, com 33 votos a favor, 00 votos contra, 24 votos brancos e 00 votos nulos, **referente ao Ponto 3.2. da Ordem de Trabalhos.** ----------

c) **Foi o Ponto 3.3. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal quanto à Anulação das Posturas Municipais de Trânsito na Avenida da República, na Freguesia de Mafamude e Aprovação das novas Posturas Municipais de Trânsito", **Aprovado por Maioria,** com 32 votos a favor (23 do Grupo Municipal do PSD, 04 do CH, 02 da IL e 03 do CDS-PP), e 24 votos contra (22 do Grupo Municipal do PS,01 da CDU e 01 do LIVRE). ----------

E, nada mais havendo a tratar por hoje, conforme decisão previamente tomada, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 48 minutos do dia 22 de novembro de 2025, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pelo Senhor Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e que foi **Aprovado por Unanimidade.** ----------

PRIMEIRO SECRETÁRIO

(Paulo Alexandre Azevedo Pereira Santos, Dr.)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Paulo Artur Santos Castro Campos Rangel, Dr.)